2022

Relatório de atividades

União das Misericórdias Portuguesas

Índice

NOTA DO PRESIDENTE

INSTITUCIONAL

Ação Estratégica

Secretariados Regionais

Equipamentos Anexos

LINHAS DE SERVIÇO

Ação Social

Assuntos Jurídicos

Auditorias

Central de Negociações

Comunicação e Imagem

Formação Profissional

Fundos Comunitários e Apoio a Projetos

Grupo Misericórdias Saúde

Património Cultural

Relações Internacionais

Turicórdia

Nota do Presidente

Chegada a hora de apresentar o trabalho desenvolvido, o tempo é para balanços, mas sobretudo para reflexões sobre conquistas e desafios, obstáculos e oportunidades para melhorar a nossa ação.

Todos desejámos um ano mais ameno, em que fosse possível regressarmos à normalidade que conhecíamos antes dos confinamentos, mas 2022 trouxe consigo uma guerra em território europeu e uma crise financeira que há muito não tínhamos.

Como sempre ao longo da nossa história institucional, é nos momentos de maior provação que as Misericórdias revelam a sua essência combativa, resistindo e superando adversidades porque em causa estão as pessoas: utentes, trabalhadores e as suas famílias.

E as pessoas são o nosso maior património, não fossem as Misericórdias instituições cuja missão é assumidamente marcada pelos afetos. É isso que nos distingue.

Se 2022 foi um ano de dificuldades acrescidas, foi igualmente um ano de resistência. Todos juntos fomos capazes de manter portas abertas, de assegurar cuidados a quem precisa, de reivindicar melhores condições de trabalho.

Em união, fomos capazes de manter acesa esta chama que há mais de 500 anos carregamos. Por isso, não posso deixar de agradecer: um bem-haja a todos aqueles que nunca deixaram de acreditar no valor da nossa missão.

Manuel de Lemos

Presidente do Secretariado Nacional da UMP

Lisboa, 27 de março de 2023

Institucional

Ação Estratégica

Secretariados Regionais

Equipamentos Anexos

Ação Estratégica

Enquanto entidade que deve garantir a orientação, coordenação, dinamização e representação das Santas Casas, pela via da defesa dos seus interesses e da organização de serviços de interesse comum, a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) teve, em 2022, a sua ação pautada pela necessidade de encontrar soluções para as dificuldades financeiras que assolaram o país em geral e as Misericórdias em particular, tendo sido também necessário acautelar a sua própria gestão interna.

Ao mesmo tempo, e também no quadro da sua missão institucional, a UMP procurou envolver e mobilizar as Misericórdias na prossecução de políticas públicas com impacto na vida das pessoas, sempre no quadro do cumprimento das 14 obras de misericórdia e da cooperação com o Estado.

Foi neste contexto que as Misericórdias, através da sua União, mobilizaram esforços para acolher cidadãos ucranianos que, por força da guerra, procuraram proteção no nosso país. Além disso, as Santas Casas manifestaram a sua "profunda solidariedade para com o povo ucraniano" numa moção aprovada por unanimidade e aclamação, em Fátima, na assembleia geral da UMP que decorreu a 26 de março.

No quadro do trabalho desenvolvido em benefício dos nossos concidadãos, importa também destacar duas medidas que contaram com o empenho das Misericórdias em 2022: gratuitidade das creches e programa de acolhimento para casos de altas sociais. Em ambas as iniciativas, a UMP e as Santas Casas tiveram um papel essencial no desenho das políticas, mas sobretudo na sua execução junto dos organismos responsáveis e das famílias.

Ainda no que respeita à cooperação, em 2022 foram assinadas duas adendas extraordinárias ao Compromisso de Cooperação com o Setor Social e Solidário. A primeira, de 27 de julho, contemplou um reforço das comparticipações financeiras em 3,6%, com efeitos retroativos desde janeiro, e um apoio extraordinário de 18 milhões para fazer face ao aumento dos custos de alimentação e transportes. A segunda, de dezembro, reforçou as comparticipações do Estado para o ano de 2023 em 4,2% de imediato e 0,8% ao longo do ano, tendo ainda consagrado um apoio extraordinário no valor de 75 milhões de euros para 2022 e 2023.

Para apoiar as Misericórdias no quadro das alterações à cooperação, a UMP promoveu, entre o final de outubro e o início de novembro, três sessões de esclarecimento. O ciclo de sessões arrancou, a 26 de outubro, em Fátima, prosseguindo a Norte, na cidade de Amarante (27 de outubro), e terminando no Alentejo, em Beja (3 de novembro). Nas três sessões, provedores e técnicos de Misericórdias tiveram oportunidade para esclarecer diversos aspetos relacionados com as adendas, especialmente gestão de vagas e cálculo das comparticipações.

CUIDADOS CONTINUADOS

No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o ano de 2022 ficou marcado por dois momentos distintos. Por um lado, a portaria, publicada a 30 de março, que regulamenta o alargamento da RNCCI por via do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mereceu inúmeras críticas das Misericórdias, tendo sido mesmo catalogada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP como "um ato de má fé". Meses mais tarde, a reivindicação de aumentos teve resposta positiva por parte do governo. Os valores foram atualizados em 5,5% para as unidades de média duração e reabilitação e 15,3% para as unidades de longa duração e manutenção, com efeito retroativo a 1 de janeiro de 2022, contemplando também um montante de 25 euros por dia para situações de úlcera de pressão, em encaminhamentos do hospital ou centros de saúde.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Conscientes de que as parcerias institucionais alavancam a sua ação, a UMP manteve e procurou consolidar parcerias já existentes, assim como deu início a novos projetos.

Em 2022, o presidente da UMP foi eleito para presidir duas instituições de relevo. Manuel de Lemos assumiu, em fevereiro, a presidência da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES) e foi reeleito, em agosto, no Brasil, para continuar a liderar a Confederação Internacional das Misericórdias. Este ato eleitoral decorreu durante o 13.º Congresso Internacional das Misericórdias, que se realizou a par do 30.º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, eventos que contaram com uma participação relevante de Misericórdias portuguesas. Durante a viagem, uma comitiva da UMP, acompanhada pelo deputado federal António Brito, foi recebida pelo presidente do Senado brasileiro, Rodrigo Pacheco.

Além dessas representações, a UMP passou a integrar os dois seguintes projetos:

- Conselho científico do Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS), que visa a capacitação das entidades da economia social e a realização de formação profissional, entre outros. O CEIS resulta de uma parceria entre o IEFP, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Confederação Portuguesa de Economia Social, Centro de Estudos Ibéricos e Instituto da Segurança Social.
- Centro Académico Clínico não estatal em Portugal, que visa aproximar o ensino, a investigação e os cuidados de saúde através da promoção de sinergias entre UMP, Universidade Católica Portuguesa, Grupo Luz Saúde, Hospital da Luz e GLSMED Learning Health.
- Conselho consultivo do projeto 'Longevidade: Viver mais e melhor', do jornal Expresso, que visa discutir os desafios colocados pelo aumento da esperança média de vida à população.

No plano de parcerias institucionais, a UMP também manteve e consolidou parcerias estratégicas, nomeadamente:

- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): a UMP desenvolveu o projeto 'SIIM: Sistema Inovador de Informação às Misericórdias', com vista a promover uma nova abordagem aos circuitos de comunicação e informação entre a UMP e as Misericórdias.
- Santa Casa de Lisboa: foi desencadeado o processo de reformulação do regulamento que rege o Fundo Rainha Dona Leonor, assim como teve continuidade o programa de inventário das Misericórdias, com recurso a financiamento da Santa Casa.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP): foram desenvolvidos esforços no sentido de valorização das linhas de formação e qualificação para o setor social e solidário.
- Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ23): além de a UMP integrar uma unidade de missão para desenhar catequeses no âmbito da JMJ, com o tema 'terceira idade', as Misericórdias foram convidadas a integrar a rede de fornecedores de alimentação durante as jornadas.

REGIME LABORAL

Na sequência da publicação das portarias (de extensão) n.ºs 259/2022, de 27/10, e 260/2022, de 28/10, considerada pelo Secretariado Nacional como um verdadeiro ato de agressão ao direito à negociação que estava em curso entre UMP e frentes sindicais, foram produzidos documentos para apoiar as Misericórdias em relação a esta matéria e também promovido um webinar, a 9 de dezembro, para esclarecimento de dúvidas por parte de provedores e técnicos.

CAPACITAÇÃO UMP

A UMP concluiu, em 2022, o seu projeto de Capacitação (POISE-03-4639-FSE-000849), que engloba três atividades, além da avaliação obrigatória no âmbito do Portugal 2020:

- Plataforma Rede UMP
- Auditorias/Follow-ups
- Comunicação UMP

Os resultados da avaliação feita junto de 150 Misericórdias, com um grau de satisfação acima de 85%, comprovaram o reforço do papel da UMP na qualificação, eficiência, inovação e melhoria das respostas desenvolvidas pelas Misericórdias, através da capacitação das equipas, mudanças nos processos de trabalho e maior proximidade entre todos.

PLATAFORMA REDE UMP

No âmbito da plataforma Rede UMP, a UMP promoveu um conjunto de sessões descentralizadas para apresentação das novas funcionalidades a provedores e técnicos. As apresentações decorreram entre os dias 14 de outubro e 15 de novembro e contaram com cerca de 300 pessoas.

CICLO DE CONFERÊNCIAS

A UMP promoveu um ciclo de conferências para debater temas estruturais para a atividade e identidade das Santas Casas. A iniciativa decorreu no âmbito do lançamento das publicações ‘Envelhecer’, ‘MA(i)SAD’, ‘Memória Covid-19’, ‘Obras de Misericórdia’, ‘Misericórdias no Feminino’ e ‘Misericórdias: Património com Identidade’, desenvolvidas ao abrigo do projeto de Capacitação/Comunicação UMP.

Composto por quatro sessões (três na sede da UMP em Lisboa e a última durante o

Dia do Património das Misericórdias, em Viana do Castelo), este ciclo contou com a participação de personalidades das mais diversas áreas da sociedade civil, com destaque para o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e o ministro da Saúde, Manuel Pizarro.

A este propósito, importa referir que estas publicações da UMP representam o culminar de um projeto editorial com vista a mobilizar a sociedade civil para uma reflexão sobre temas estruturais das Misericórdias, cumprindo desta forma o eixo da sua missão, que passa pelo fomento dos princípios que enformam a origem das Misericórdias e da sua União.

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

Para assinalar o 20º aniversário sobre a edição do primeiro volume da coleção 'Portugaliae Monumenta Misericordiarum', a UMP ofereceu a coletânea a bibliotecas mundiais de relevo, tais como Biblioteca Apostólica Vaticana, Conselho da União Europeia, Organização das Nações Unidas, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Biblioteca Nacional da Índia, Brasil, entre outras.

DISTINÇÃO

Por fim, mas não menos importante, destacar que foi com muita honra que a UMP recebeu o título de 'Irmão Honorário' da Misericórdia da Trofa, por todo o apoio prestado ao longo dos anos.

São homenagens desta natureza que nos inspiram a continuar a trabalhar com e para as Misericórdias, renovando diariamente o nosso compromisso para encontrar as respostas mais adequadas para os problemas com que lidam as Santas Casas, sempre com vista a apoiar a população e cooperar com o Estado neste desígnio.

Secretariados Regionais

No âmbito dos Secretariados Regionais, em 2022, teve início um ciclo de visitas do presidente do Secretariado Nacional às Misericórdias. O objetivo é promover o diálogo entre a UMP e associadas, trocar informações úteis, partilhar dificuldades e também as boas práticas.

A iniciativa arrancou em setembro, com um périplo por Santas Casas do distrito de

Setúbal. Seguiram-se os distritos de Santarém, Beja e Região Autónoma da Madeira.

Após adiamentos por força da pandemia, as Santas Casas dos Açores e da Madeira reuniram-se na Horta, ilha do Faial, para o XV Congresso Insular das Misericórdias, que decorreu entre 14 e 16 de outubro, tendo contado com diversos participantes provenientes do continente.

Num quadro mais institucional, mantiveram-se as reuniões distritais, tendo os Secretariados Regionais também participado em reuniões do Conselho Nacional da UMP e mobilizado o maior número possível de Misericórdias nas iniciativas promovidas pela UMP. Além disso, representaram, sempre que necessário, a UMP em reuniões oficiais.

Equipamentos Anexos

Tendo como missão operacionalizar as deliberações do conselho de administração, que visam a sustentabilidade, qualidade e inovação dos equipamentos anexos (EA), o Gabinete dos Equipamentos Anexos (GEA), no decorrer do ano 2022, manteve como linhas estratégicas e prioritárias o acompanhamento dos equipamentos, nas mais diversas área, tendo por base a realização do respetivo diagnóstico (potencialidades e fragilidades), para assim propor um plano de ação específico, que respondesse às necessidades identificadas pelos EA.

O GEA, em articulação com as linhas de serviço da UMP, manteve uma intervenção de proximidade com as direções e respetivas equipas dos EA (Centro João Paulo II, Centro Santo Estêvão, Centro Luís da Silva, Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI, Lar Dr. Virgílio Lopes e Escola dos Moinhos), prestando apoio nas mais diversas áreas de atuação.

Assim, o GEA desenvolveu as seguintes atividades:

- Pareceres técnicos e divulgação de minutas de documentos (como regulamentos internos, protocolos de procedimentos, circulares, normativos, entre outros), devidamente validadas pelo conselho de administração dos EA
- Pareceres técnicos a pedidos de aquisições
- Apoio no cumprimento do RGPD quanto à documentação utilizada

- Acompanhamento do serviço de nutrição dos EA
- Acompanhamento do protocolo com o ITAU
- Acompanhamento do protocolo com a Santa Casa de Lisboa
- Pareceres técnicos a relatórios de visitas/fiscalizações dos Centros Distritais da Segurança Social (CDSS)
- Esclarecimentos técnicos a solicitações das autoridades de saúde e CDSS
- Realização de candidaturas a programas de financiamento público
- Apoio na gestão interna de recursos humanos, como horários e organograma
- Acompanhamento da gestão de stocks de equipamentos de proteção individual (EPI) e respetiva distribuição
- Pareceres técnicos a pedidos de novas contratações e atribuições de funções
- Pareceres técnicos a pedidos de recrutamento e seleção
- Pareceres relativamente a pedidos de formação
- Desenvolvimento de ações de formação
- Apoio no cumprimento e acompanhamento das medidas de autoproteção
- Apoio ao projeto de modernização tecnológica UMP/Capacitação

O ano 2022 teve como maior prioridade a regresso à normalidade dos EA, no que diz respeito aos procedimentos e rotinas, tendo em conta que a pandemia de Covid-19 entrou em remissão.

Face a esta situação, foi possível retomar visitas aos utentes, promover convívios e saídas, garantindo sempre os cuidados necessários ao bem-estar de todos aqueles que usufruem dos serviços dos equipamentos anexos.

No âmbito da implementação de novas ferramentas informáticas nos EA, conduzindo a novas metodologias de trabalho, o GEA participou, deu contributos e apoiou as direções técnicas e os respetivos serviços que intervêm na área de recursos humanos, economato e contabilidade.

O GEA, em 2022, revelou-se um serviço de apoio direto ao funcionamento dos equipamentos anexos, dando resposta imediata às solicitações, em articulação com as linhas de serviço da UMP, com vista ao seu eficaz desempenho.

Linhas de Serviço

Ação Social

Assuntos Jurídicos

Auditorias

Central de Negociações

Comunicação e Imagem

Formação Profissional

Fundos Comunitários e Apoio a Projetos

Grupo Misericórdias Saúde

Património Cultural

Relações Internacionais

Turicórdia

Ação Social

O Gabinete de Ação Social da UMP (GAS) tem por objetivo apoiar todas as Misericórdias na área de cooperação estratégica de ação social, aumentando desta forma a eficiência dos meios e a eficácia dos resultados das Misericórdias e das suas respostas sociais.

Este relatório reflete uma descrição sintetizada das ações e atividades desenvolvidas pelo GAS nas diversas áreas de intervenção, enquadradas no planeado e aprovado quadro de gestão por objetivos, para o ano de 2022.

APOIO TELEFÓNICO E PARECERES SOBRE REQUISITOS TÉCNICOS E NORMATIVOS

A consulta telefónica apresentou-se menos intensa durante 2022, mantendo o esclarecimento de dúvidas, nas diversas áreas, resposta e serviços abrangidos pela ação social, com uma maior incidência nos temas relacionados com o acolhimento de refugiados oriundos da Ucrânia e com a crise energética e o seu impacto no custo das respostas sociais, principalmente as residenciais.

A maioria destes esclarecimentos, pela plataforma Rede UMP (CRM), por telefone, WhatsApp ou email, são relativos à operacionalização das orientações e normas emitidas pelos serviços do Estado e do quadro legislativo governamental para as respostas e serviços sociais, sendo os restantes esclarecimentos sobre orientações e irregularidades subscritas nos relatórios de acompanhamento, cálculo de comparticipações familiares, regras da cooperação por resposta social, recursos humanos exigidos, relação com famílias de utentes, contraordenações e fiscalizações.

ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS UCRANIANOS

A pedido do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), foi lançado o desafio de as Misericórdias poderem acolher e integrar cidadãos ucranianos nas suas comunidades. Assim e sempre em estreita articulação com as entidades estatais nacionais com competência na matéria, a UMP integrou o movimento voluntário da sociedade civil, o 'Missão Ucrânia', tendo de associar as disponibilidades das Misericórdias ao nível de habitação temporária, emprego e apoio necessário para acolher estas famílias.

Foram, assim, acolhidas e integradas 96 pessoas por Misericórdias de todo o território nacional, num total de 360 que chegaram por via terreste em apenas um dia. Esta atividade foi extremamente desafiante no sentido de que a informação fornecida era constantemente alterada e em virtude de a própria comunidade ucraniana em Portugal e demais atores, perante a primeira vaga migratória com origem na guerra na Europa, não estar preparada para articular convenientemente.

PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

O GAS prestou apoio telefónico, via correio eletrónico e plataforma Rede UMP às Misericórdias relativamente ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar 2020-2021, incidindo as questões principalmente sobre as formas de registo das educadoras na plataforma, respetivas correções e, mais tarde, pedindo apoio para a reclamação das candidaturas indeferidas. Enquanto decorreu o programa, fomos contactados com maior frequência, sobretudo para ultrapassar problemas relacionados com o registo do lay-off das educadoras de infância durante a pandemia.

PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS 3.ª GERAÇÃO (PARES 3.0)

O GAS prestou apoio telefónico, via correio eletrónico e plataforma Rede UMP às Misericórdias relativamente ao PARES 3.0.

PROCESSO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS

Mantiveram-se e consolidaram-se os vários contactos a fim de apurar a disponibilidade das Misericórdias em acolher refugiados e desencadearam-se os processos de receção, acolhimento e integração dos mesmos em várias Misericórdias. Foi ainda efetuado o acompanhamento e apoio às Misericórdias que acolhem refugiados 24 horas/dia e 365 dias/ano.

PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

No decorrer deste ano, o GAS elaborou dezenas de documentos técnicos/pareceres sobre propostas de várias legislações/normativos/documentos, dos quais destacamos os seguintes:

- Parecer sobre abono de família e outras prestações para crianças e jovens em

perigo em situação de acolhimento institucional

- Gratuitidade da frequência de creche | parecer, relatório e FAQ
- Parecer sobre propostas de portarias de alargamento gratuitidade creche
- Parecer sobre legislação para as comunidades de inserção
- Parecer sobre Rendimento Social de Inserção e transferência de competências para as autarquias
- Documentos de suporte à Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário Biénio 2021-2022 – Apoio mensal de caráter extraordinário
- Parecer sobre enquadramento legal, relação e obrigatoriedades relativas às exigências da Ordem dos Enfermeiros nas estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI) das Misericórdias
- Parecer sobre portaria que estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)
- Contributos da União das Misericórdias Portuguesas acerca do projeto Garantia para a Infância
- Parecer sobre interpretação legislativa acerca das vagas reservadas para a Segurança Social
- Proposta de revisão legislação da portaria de serviço de apoio domiciliário
- Pareceres vários sobre as normas da DGS e a sua aplicação nas estruturas residenciais
- Parecer sobre acolhimento e integração de refugiados ucranianos nas Misericórdias de Portugal
- Parecer sobre reabertura dos centros de dia e os acordos de cooperação em vigor: pressupostos e enquadramento legal
- Relatório sobre os custos técnicos e os custos reais nas respostas sociais das Misericórdias
- Relatório sobre os custos técnicos ideais nas Misericórdias
- Parecer sobre proposta de despacho para integração de crianças oriundas da Ucrânia nas creches das Misericórdias

- Parecer sobre a Medida Compromisso Emprego - Pedido de apoio IEFP
- Relatório para o OECD Observatory of Civic Space - Invitation for Portugal Civic Space Scan
- Parecer sobre aviso do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, no âmbito do OE 1 – Asilo, ON3 – Reinstalação
- Relatório para a medida de apoio à aquisição de combustível/compensação financeira (centro de dia, serviço de apoio domiciliário e centro de atividades e capacitação para a inclusão)
- Proposta para Adenda ao Compromisso de Cooperação 2021-2022: documento técnico de apoio ao Secretariado Nacional
- Documento com proposta de reconversão dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e CATL em creche
- Parecer sobre projeto de portaria MAREESS
- Parecer sobre proposta ao Aviso PRR - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT)
- Proposta para reconversão de edifícios e outras respostas sociais em salas de creches
- Parecer sobre o relatório de execução PO APMC 2021
- Relatório sobre o consumo de gás nas Misericórdias nas estruturas residenciais no primeiro semestre de 2022 (e dezembro 2021)
- Relatório sobre o consumo gás e eletricidade, períodos homólogos, em estruturas residenciais 2021 e 2022
- Parecer e documento técnico de suporte e enquadramento ao apoio extraordinário a atribuir às instituições do setor social e solidário no âmbito do aumento do preço dos combustíveis
- FAQ sobre a gratuitidade em creche
- Relatório sobe pobreza energética em Portugal
- Parecer sobre decreto-lei da Garantia para a infância
- Parecer sobre o relatório de atividades da Comissão Nacional de Cooperação dos anos 2019 e 2020

- Pronúncia à proposta de Aviso para a Requalificação e Alargamento da Rede de Respostas Sociais
- Atualização das comparticipações familiares dos utentes em estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e serviço de apoio domiciliário – Medidas excecionais de apoio às famílias: pareceres vários e relatório de contraditório
- Parecer sobre violência financeira contra as pessoas idosas
- Levantamento de dados das Misericórdias, todas as respostas sociais, carta social, ano 2022
- Contributos para as bases para a construção de um diálogo inovador, eficaz e consistente do setor social e solidário com o Governo (documento em progresso)
- Levantamento de número de vagas em ERPI nas Misericórdias de Portugal
- Contraditório ao projeto de portaria sobre descanso do cuidador
- Proposta de novo modelo orgânico de funcionamento para estruturas residenciais para pessoas idosas
- Pareceres de apoio ao Secretariado Nacional para a Adenda Extraordinária ao Compromisso de Cooperação 2022
- Parecer sobre os avisos PROCOOP
- Parecer sobre a obtenção da autorização de funcionamento para os estabelecimentos de educação pré-escolar
- Pareceres diversos sobre creche, CATL, pré-escolar, centro de atividades ocupacionais, ERPI e centro de dia
- Cartas ao ministro da Educação - o Pré-Escolar

ATENDIMENTO DE PRIMEIRA LINHA

Esta atividade teve como função encaminhar as pessoas (particulares) para entidades competentes que dispõem de intervenções de proximidade adequadas ao tipo de problemas/necessidades. Este apoio tem sido pedido principalmente ao nível de contactos telefónicos e pedidos urgentes de vaga em ERPI e também em lar residencial e de outras questões ainda relacionadas com a Covid-19 nas ERPI e

demais respostas sociais. Também aumentaram os pedidos de apoio para área da deficiência e reabilitação.

NATAL – INTERLOCUÇÃO EM INICIATIVAS SOLIDÁRIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Fomos interlocutores na iniciativa solidária da Fundação Santander Portugal, na altura do Natal, com o objetivo de entregar uma caixa solidária composta por bens alimentares às famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhadas pelas Misericórdias.

REUNIÕES E GRUPOS DE TRABALHO

No decorrer do ano de 2022, a responsável e os técnicos do GAS participaram em dezenas de reuniões/apresentações, em diversas áreas:

- Grupo de trabalho Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)
- Grupo de trabalho Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA)
- Grupo de trabalho Centros de Recursos para a Inclusão (CRI)
- Comissão Nacional para as Crianças e Jovens em Perigo
- Fórum Nacional do Álcool e Saúde
- Agenda Europeia para as Migrações
- Grupo de trabalho para o uso responsável do medicamento
- Grupos de trabalho da Comissão Nacional de Cooperação: SAD, custos técnicos, centro de dia e lar de apoio
- Reuniões com CNIS, Confecoop e Mutualidades

SESSÕES DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA ÀS MISERICÓRDIAS: FORMAÇÃO E WEBINARES

A UMP organizou junto do universo das Misericórdias, dois webinares sobre o tema do enquadramento legal e comparticipações familiares em creche e pré-escolar.

Realizou também três webinares, em parceria com o IEFP, dedicados ao tema ‘Compromisso para o Emprego Sustentável’, com abordagem por vários programas em vigor e relativamente aos quais as Misericórdias se podiam candidatar.

Foram realizadas duas sessões de formação em contexto de Secretariado Regional

online e uma participação em Secretariado Regional presencial.

No segundo semestre, executaram-se um webinar sobre o tema da gratuitidade nas creches e três sessões presenciais, em três zonas distintas do país sob o mesmo tema.

O GAS levou ainda a cabo a sua participação presencial em dois colóquios, nomeadamente sobre 'Direitos, liberdades e interesses/necessidades dos residentes das ERPI. Estratégias para colmatar o distanciamento físico e emocional dos utentes e familiares/significativos', a convite da Câmara Municipal de Santarém, e um outro sobre o modelo de cuidados nas respostas para o envelhecimento, a convite da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO PARA AS MISERICÓRDIAS

O GAS desenvolveu, divulgou e disponibilizou alguns instrumentos de trabalho durante o ano de 2022 dos quais se destacam:

- FAQ para a medida da gratuitidade em creche
- Regulamentos internos para creche, CACI e casa abrigo
- Modelo de contratos de prestação de serviço para CACI, pré-escolar e creche
- Instrumentos para a prevenção dos maus tratos institucionais

Assuntos Jurídicos

No ano de 2022, como é sua vocação, o Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ ou gabinete) continuou a prestar apoio técnico-jurídico às Santas Casas da Misericórdia associadas e à própria União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

O quadro infra sintetiza o trabalho desenvolvido pelo GAJ em 2022, sendo que de um total de 2421 respostas/atividades, 2048 destinaram-se a Misericórdias, 228 à própria UMP e 145 foram do interesse tanto das instituições associadas como da UMP.

Atendimentos telefónicos	1760
Pareceres/esclarecimentos escritos plataforma Rede UMP	279
Pareceres/Esclarecimentos escritos ou por email	27
Reuniões/atendimentos presenciais e videoconferência	46
Circulares/Informações/Legislação	90
Envio de minutas/legislação/acórdãos/atas	19
Contactos com entidades exteriores (CITE, Seg. Social, DGERT, sindicatos…)	22
Outros	178
Total anual	2421

Conforme é habitual, o telefone continuou a ser o canal privilegiado pelas Misericórdias para contactar o GAJ, sendo mais frequentes as questões sobre Direito Laboral, Direito Estatutário e Código dos Contratos Públicos.

Na sequência da publicação das Portarias n.ºs 259/2022, de 27/10, e 260/2022, de 28/10, nos dois últimos meses do ano transato verificou-se um acréscimo de consultas laborais por parte das Misericórdias.

Em 2022, o GAJ participou, ainda, na negociação de serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar no decurso de diversas greves convocados por estruturas sindicais. As referidas reuniões de negociação decorreram na DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), por solicitação de Misericórdias e/ou da UMP.

Ao longo do ano, o GAJ continuou a acompanhar os processos de registo das alterações dos Compromissos das Misericórdias junto da Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), em especial no que respeita às solicitações de "aperfeiçoamentos".

Durante o ano de 2022, a UMP/GAJ e a DGSS desenvolveram reuniões de trabalho no sentido da consensualização de um Modelo de Compromisso para as Irmandades da Misericórdia.

Como sucede habitualmente no último trimestre de cada ano, também em 2022 o GAJ acompanhou de perto os processos eleitorais de diversas Santas Casas associadas, a pedido das mesmas.

Seja por solicitação das Misericórdias ou sugestão do próprio GAJ, em 2022 realizaram-se reuniões individuais (maioritariamente por videoconferência) com vista à apreciação e acompanhamento de situações concretas das instituições.

Também em 2022, o GAJ disponibilizou diversas minutas às suas associadas e, sempre que solicitado pelas Santas Casas ou pela própria UMP, o gabinete efetuou contactos junto de entidades externas com vista ao esclarecimento e resolução de questões em que as instituições são parte interessada.

No ano de 2022, o gabinete elaborou, na íntegra ou em colaboração com outros serviços da UMP, os textos de diversas Circulares e Informações, bem como manteve a divulgação, via correio eletrónico (INFO UMP), da legislação com interesse para a atividade das Misericórdias e da UMP.

Internamente, o GAJ, sempre que solicitado, prestou apoio ao Secretariado Nacional, às demais linhas de serviço, em especial ao Gabinete de Administração, Aprovisionamento e Informática, e aos diversos equipamentos anexos.

Auditorias

O Gabinete de Auditorias (GA) da UMP visa garantir o apoio técnico e consultoria às Misericórdias através da avaliação da adequação e exequibilidade dos processos e procedimentos internos, da performance e dos sistemas de controlo interno das operações e atividades, com vista a alcançar a sustentabilidade.

Para o cumprimento das suas atribuições, o GA concretizou as seguintes metas:

AUDITORIAS-ECONÓMICO FINANCEIRAS

As auditorias económico-financeiras têm o seu foco de incidência no diagnóstico posicional da Misericórdia: diagnóstico social (numa perspetiva preventiva face às visitas de fiscalização da Segurança Social e inspeções do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o objetivo de evitar a aplicação de coimas) e diagnóstico económico-financeiro.

Em 2022, a pedido das Misericórdias, foram realizadas 13 auditorias, sendo que cinco estão em curso, pelo que julgamos que o balanço é positivo.

AUDITORIAS À COMPONENTE SOCIAL

As auditorias à componente social incidem na averiguação do funcionamento técnico das respostas sociais, ou seja, na verificação do cumprimento das regras de

cooperação emanadas pela legislação e/ou normativos legais em cada uma das respostas sociais que as Misericórdias desenvolvem.

Em 2022, não houve pedido das Misericórdias nesta área de intervenção.

FOLLOW-UP DAS MEDIDAS IDENTIFICADAS NAS AUDITORIAS

O follow-up é um processo através do qual se avalia a adequação, eficácia e oportunidade das ações tomadas pela Misericórdias, relativamente às observações e recomendações identificadas no relatório final de auditoria.

Em 2022, e no âmbito da III fase da Capacitação, foram realizados 30 follow-ups a Misericórdias auditadas em fases anteriores, onde se concluiu que foram executadas aproximadamente metade das medidas propostas nos relatórios finais.

EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

A emissão de pareceres técnicos nas áreas da contabilidade, fiscalidade e de gestão pretende assumir um importante papel no quotidiano das Misericórdias, no que se refere ao cumprimento das disposições legais. As solicitações de pareceres por parte das Misericórdias têm vindo a crescer ao longo do tempo.

CONSULTA SOBRE AS PRINCIPAIS IRREGULARIDADES DETETADAS NAS VISITAS DE FISCALIZAÇÃO/INSPEÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL

No âmbito das competências do Instituto de Segurança Social (ISS) e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Solidariedade Social são realizadas frequentemente visitas de acompanhamento, fiscalização e inspeções às respostas sociais das Misericórdias.

É objetivo deste Gabinete de Auditorias solicitar às Misericórdias o envio dos relatórios (ou excertos dos mesmos) para produção de estudos, mas, em 2022, não foi possível concretizar esta ação, por haver outras tarefas prioritárias.

SESSÕES TÉCNICAS TEMÁTICAS

Apesar de ser objetivo do GA iniciar uma estratégia de intervenção/formação junto das Misericórdias, em 2022, não foi possível realizar nenhuma sessão formativa.

GRUPO DE TRABALHO DOS CUSTOS TÉCNICOS

No âmbito do Compromisso de Cooperação de 2017/18, e por Despacho do Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social, de 18 de outubro de 2018, foi criado um grupo de trabalho que objetiva a definição dos custos técnicos das respostas sociais,

no qual a UMP está representada.

Em dezembro de 2022, no âmbito da Comissão Nacional da Cooperação (CNC), foi transmitida a esta União a "constituição do grupo de trabalho para a criação de sistema de certificação de qualidade e ou avaliação do impacto social a desenvolver nas respostas sociais".

Não obstante o Despacho que formaliza a criação do referido grupo ainda não ter sido publicado, a UMP criou um grupo de trabalho que, em sintonia com os Secretariados Regionais, visa o apuramento dos custos técnicos e custos reais (nacional, regional e distrital) das respostas sociais tipificadas, e que constam no Compromisso de Cooperação.

Com este estudo, é dado um avanço quantitativo e qualitativo na demonstração da importância da prestação dos serviços levada a cabo pelas Misericórdias às comunidades. Sendo o trabalho diário das Misericórdias fundamental e complementar às funções primeiramente do Estado, espera esta União que este trabalho fomente os meios necessários para manter um serviço de proximidade e de qualidade aos utentes e, simultaneamente, possibilite assegurar a sustentabilidade económica e financeira das instituições.

OUTROS ESTUDOS

Em 2022, o Gabinete de Auditorias trabalhou em alguns estudos, tais como o apuramento do custo médio por utente (CMU) nas várias tipologias dos cuidados continuados e os consumos de energia (eletricidade e gás) e combustível nas Misericórdias.

Central de Negociações

A Central de Negociações da UMP tem vindo a celebrar continuamente um leque de novas parcerias e acordos de serviços e produtos com vista a potenciar sinergias nas mais diversas áreas de atuação das Santas Casas.

Em 2022, manteve-se o cuidado de continuar a celebrar protocolos em áreas com bastante relevância para as Misericórdias, renovar parcerias cruciais ao funcionamento das mesmas, sendo também realizado um acompanhamento aos protocolos que se encontravam em vigor.

É um objetivo desta linha de serviço da UMP continuar a responder, através da criação de condições mais vantajosas de cooperação entre os parceiros, às diversas áreas de intervenção das Misericórdias.

No ano de 2022 foram celebrados/renovados os seguintes protocolos:

- Vortal
- Renault
- Mercedes Benz Portugal
- Carclasse - Comércio de Automóveis
- Paul Hartmann (adenda)
- Diversey Portugal (aditamento)
- Matceramica - Fabrico de louça
- Urgo Medical
- Wepulse
- Associação Portuguesa de Inspeção e Prevenção Ambiental
- Fórmula Transversal Consultores
- Santa Casa da Misericórdia de Póvoa de Lanhoso
- Cruz Vermelha Portuguesa - Sociedade de Gestão Hospitalar
- Closer Consultadoria
- Bromélia Tecnologia (Techtools)
- F3M Infomation Systems

Comunicação e Imagem

O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) manteve a sua ação ao longo do ano de 2022, tendo ainda desenvolvido projetos adicionais, especialmente no âmbito do projeto de Capacitação da UMP e do INFO UMP.

PUBLICAÇÕES

Jornal Voz das Misericórdias

O jornal Voz das Misericórdias, por motivos de reestruturação interna, teve 10 edições ao longo de 2022. Além da edição dupla de verão (julho/agosto), o ano arrancou com a junção dos meses de janeiro e fevereiro.

A par deste facto, o trabalho manteve-se nos trâmites habituais. No plano da publicidade, foi possível manter alguns anunciantes, assim como angariar novos parceiros comerciais para este efeito, sempre de acordo com as orientações da Central de Negociações.

Além disso, o jornal continuou a ser distribuído junto das Misericórdias, de particulares e das principais instituições portuguesas, tais como órgãos de soberania, ministérios, universidades, bibliotecas, autarquias, dioceses, fundações, institutos, editoras, entre outros.

Mantivemos ainda a nossa participação na Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, que, entre outras atividades, promove negociações com os CTT com vista a obter vantagens comerciais para os seus associados.

No âmbito das obrigações legais decorrentes da atividade de comunicação social, a UMP disponibilizou os dados solicitados pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Portal Transparência dos Media) e pelo Instituto Nacional de Estatística (Inquérito às Publicações Periódicas).

Quem Somos nas Misericórdias

A 16ª edição da brochura Quem Somos nas Misericórdias manteve, à semelhança dos anos anteriores, a publicação de fotografias de provedoras e provedores, tendo os custos de produção sido suportados por patrocinadores.

Publicações Capacitação UMP

O Gabinete de Comunicação e Imagem concluiu a produção de seis publicações do projeto de Capacitação da UMP, financiado pelo POISE:

- 'Memória Covid-19' regista a vivência da pandemia nos lares de idosos das Misericórdias, através de testemunhos, dados estatísticos e informação técnica produzida pela UMP.
- 'Envelhecer' reúne testemunhos de pessoas de várias profissões, idades e sensibilidades que, na sua pluralidade de vivências, partilham o mesmo anseio: uma velhice digna e de qualidade.

- ‘Obras de Misericórdia’ propõe uma reflexão atual sobre o programa identitário das Santas Casas, com o objetivo de inspirar novas leituras, interpretações e propostas de ação.
- ‘Misericórdias no Feminino’ destaca os rostos femininos que lideram as Misericórdias, a partir de textos técnicos e notas biográficas das 69 provedoras em funções no ano de 2021.
- ‘Misericórdias: Património com Identidade’ reúne algumas das peças registadas e estudadas no âmbito do programa de inventariação do património móvel e integrado da UMP.
- ‘MA(i)SAD’ propõe um Modelo Avançado de Serviço de Apoio Domiciliário adequado às características sociais e geográficas do país e às necessidades das novas gerações de idosos.

Os livros foram apresentados publicamente em sessões que decorreram na sede da UMP, nos dias 21 e 28 de setembro e 4 de outubro, tendo sido distribuídos às Misericórdias em reuniões locais (Secretariados Regionais, congresso insular na Horta e visitas da UMP aos distritos) e na assembleia geral de dezembro de 2022.

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Site UMP

Passados dois anos do início da pandemia, tempos especialmente marcados pela comunicação digital, o site da UMP registou uma tendência de aumento face aos números de 2019 e estabilização face a 2020 e 2021, conforme tabela abaixo.

	visualizações	*cliques*	*visitas*
2019	438 940	1 870 830	133 175
2020	931 542	3 852 718	260 214
2021	889 017	2 781 493	210 974
2022	909 199	2 389 656	190 111

Newsletter

Ao longo de 2022, a equipa do GCI preparou e envio 30 Newsletters UMP, dedicadas à divulgação dos filmes UMPtv (A Vida dos Outros) e notícias, maioritariamente associadas a eventos.

INFO UMP

Foram enviados, ao longo de 2022, 166 INFO UMP. No que respeita a esta área de atuação, importa ainda destacar que, na senda de uma parceria iniciada em 2020 com o Gabinete de Administração, Aprovisionamento e Informática e por força de reestruturação de recursos humanos na UMP, o GCI assumiu, em setembro de 2022, o envio do INFO UMP. Neste âmbito, foram propostas ligeiras alterações ao formato original, com vista a facilitar ainda mais o acesso das Misericórdias à informação produzida pela UMP.

Redes sociais

Além de consolidar a presença da UMP em redes sociais como Facebook, Youtube e Linkedin, a UMP deu início, em 2022, a uma conta no Instagram.

Facebook

- Alcance da página: 110312 pessoas
- 14533 seguidores, dos quais 75,7% são mulheres

Instagram

- Alcance da página: 2792 pessoas

No ano de lançamento da página, apostou-se na criação de formatos apelativos para a divulgação de notícias, filmes, pessoas e frases marcantes no universo das Misericórdias.

Em ambas as páginas, Facebook e Instagram, destacam-se duas campanhas destinadas à divulgação de produtos (artesanato e alimentares) com origem nas Misericórdias, ao lançamento de seis publicações financiadas pelo POISE e divulgação das conferências de apresentação, com frases dos oradores.

Linkedin

- Número de seguidores: 612
- Visitantes por área de atividade: saúde 15,4%, tecnologias de informação 10,1%,
- Visitantes em 2022: 1182

Youtube

- Subscritores: 854 (aumento de 85 em relação ao ano anterior)
- Total de vídeos na página: 472
- 18 388 visualizações, desempenho semelhante ao período análogo

- 578,8 horas, um aumento de 25% em relação ao período análogo
- Vídeo mais visto: 'O que é o voluntariado', com cerca de três mil visualizações

UMPTV

Em 2022, o Gabinete de Comunicação e Imagem concluiu a produção dos filmes da terceira fase do programa A Vida dos Outros, no âmbito do projeto de Capacitação da UMP, financiado pelo POISE. Ao todo foram produzidos 38 programas (com 54 filmes individuais), que podem ser vistos no site da UMP e no Youtube. A divulgação deste trabalho, por via da newsletter, decorreu entre janeiro e setembro de 2022.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Em 2022, a UMP foi tema de um total de 2054 notícias (2276 em 2021, 3390 em 2020 e 1619 em 2019). Além dos comunicados divulgados, foram diversos os contactos efetuados por jornalistas no sentido de obter declarações sobre temas variados e também por equipas de produção para convites à participação em entrevistas e debates.

Por tipo de meio (tv, tv online, rádio, web e press), as notícias dividem-se da seguinte forma:

web	1297
imprensa	341
rádio	116
TV	280
TV online	19

INQUÉRITOS E FORMULÁRIOS

Em 2021, foram criados e divulgados 15 inquéritos para gestão de eventos promovidos pela UMP (formação e conferências) e levantamento de dados sobre a atividade das Misericórdias.

IMAGEM INSTITUCIONAL

O GCI manteve em 2022 a produção de material diverso (cartazes, manuais, boletins, apresentações, flyers etc) com o objetivo de apoiar a divulgação do trabalho realizado pela UMP (serviços centrais e equipamentos anexos).

RELATÓRIOS E PLANOS DE ATIVIDADES

Em 2022, o Gabinete de Comunicação e Imagem continuou a acompanhar a

produção dos planos e relatórios de atividades.

OUTROS PROJETOS

Apresentação publicações UMP

Além da cobertura para os meios da UMP (site, redes sociais e jornal) e comunicados de imprensa, a equipa do GCI apoiou a organização dos três eventos para lançamento das publicações UMP, especialmente no que respeita às questões técnicas (sala e streaming).

Material fotográfico

No âmbito do projeto de Capacitação da UMP, foi possível adquirir material fotográfico/vídeo diverso para apoiar a atividade desenvolvida pela equipa do Gabinete de Comunicação e Imagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num ano especialmente complicado, devido ao volume de trabalho, licenças de maternidade e outras questões de organização interna, foi possível assegurar o trabalho quotidiano e ainda concluir com sucesso as tarefas extraordinárias, assumidas no âmbito do projeto de Capacitação da UMP (filmes e publicações). É com sentimento de dever cumprido que chegamos a este momento de balanço que o relatório de atividades representa.

Formação Profissional

O Centro de Formação Profissional da UMP, em 2022, concentrou a sua atividade na formação dos recursos humanos das Misericórdias, nomeadamente na área da saúde. Durante este ano foram ainda desenvolvidas ações de formação interna, que abrangeram trabalhadores da UMP de todas os serviços e áreas de atuação. Ainda no âmbito das suas atribuições, desenvolveu pontualmente sessões de esclarecimento sobre temáticas de interesse para a atividade das Misericórdias.

No decorrer do ano foram ainda promovidas iniciativas para enquadrar e preparar novos projetos de formação que serão concretizados em parceria com entidades externas.

Neste contexto, importa assinalar a dificuldade em recuperar práticas formativas

junto das Misericórdias, o que se ficou a dever a limitações de quadros de pessoal, bem como a diversas anomalias estruturais, decorrentes da pandemia que vivemos recentemente e da qual ainda subsistem efeitos nas instituições.

Em 2022, a ação do Centro de Formação foi repartida pelos projetos formativos e pelos programas de InFormação e Sensibilização.

No âmbito da cerificação da UMP (DGERT-2726/2017), a formação - que incide nas áreas da infância e juventude, terceira idade, saúde, deficiência, voluntariado e património cultural - foi desenvolvida com a seguinte metodologia:

- Diagnóstico de necessidades efetuado a todas as Misericórdias
- Acompanhamento e monitorização local das ações formativas
- Inclusão de meios tecnológicos e informáticos nos processos formativos
- Atualização dos planos curriculares
- Avaliação
- Permanente atualização de conteúdos e definição dos manuais de formação

Em todos os processos, foram tidos em conta os princípios orientadores da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e os conteúdos do Catálogo Nacional de Qualificações.

Para além da oferta formativa tradicional, reforçámos o programa de Sessões de Informação e Sensibilização.

Ainda no âmbito da atividade do Centro de Formação, foram asseguradas as representações e parcerias institucionais com um número significativo de entidades relacionadas com o setor da formação e qualificação.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Formação modular certificada

Esta tipologia de formação, enquadrada no programa 'Valorizar Social', e que iria desenvolver-se ao abrigo de acordo de cooperação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a ANQEP, não foi iniciada por razões alheias à UMP. O IEFP, entidade financiadora desta tipologia, devido a mudanças profundas no seu conselho diretivo, bem como a dificuldades relacionadas com a tardia aprovação do Orçamento de Estado, não reuniu condições para iniciar o processo em 2022.

Formação e qualificação nas Misericórdias

Nesta tipologia de formação, cujos encargos são suportados pela UMP e por cada Misericórdia, não foram registados pedidos em 2022.

Formação de profissionais do setor da saúde

Neste plano, em 2022, foram desenvolvidas ações de formação nas regiões Norte, Centro e Alentejo. Este projeto formativo, financiado pelo POISE, envolveu um total de 129 ações que contaram com a participação de 55 formadores e 2249 formandos.

Projeto 'Misericórdias +/Futuro Sustentável'

Ao contrário do expectável, em 2022 não foram abertas candidaturas para suporte financeiro desta tipologia de formação-ação, tendo sido o processo remetido para o período de programação Portugal 2030.

Formação prevenção e combate à Covid-19

No âmbito desta tipologia de formação, em 2022, foram terminados os registos de execução física e encerrados os processos de financiamento com cada um dos 18 Centros Distritais de Segurança Social. Neste projeto formativo foram gerados processos e registados dados referentes a 229 Misericórdias, 37 formadores e 487 formandos.

Formação interna para a UMP

Na continuidade do que tem vindo a ser feito, em 2022, foi desenvolvido o plano de formação para os trabalhadores da UMP, tendo envolvido cerca de 150 formandos.

Formação Emprego '+ Digital 2025'

No final do ano fomos convocados a dar contributos para a nova oferta formativa Emprego '+ Digital 2025'. Esta tipologia, que será concretizada em breve, visa a qualificação de ativos empregados através de percursos de formação profissional na área digital.

SESSÕES DE INFORMAÇÃO

Asseguradas por formadores internos e externos, em 2022, demos continuidade ao programa de Sessões de InFormação. Nesta tipologia de formação foram envolvidas mais de 350 Misericórdias que contaram com um número aproximado de 800 formandos.

Esta iniciativa permite, numa formatação mais simplificada, abordar temáticas de interesse comum a dirigentes, trabalhadores, voluntários e utentes das Misericórdias.

SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

No âmbito das parcerias existentes, demos prioridade a sessões que ajudem a disseminar os conteúdos e as orientações estratégicas das Medidas Ativas de Emprego. Inserem-se igualmente nesta área os temas que, direta ou indiretamente, influenciam a vida das instituições ou que, por orientações estratégicas conjunturais, aconselham prioridade de tratamento. Também as sessões organizadas pelas diferentes linhas de serviço ou pelo Secretariado Nacional se integram neste programa, que, em 2022, envolveu mais de 2300 pessoas.

PROGRAMA QUALIFICA

No âmbito do acordo de cooperação estabelecido entre as organizações representantes do setor social e solidário, o IEFP e a ANQEP, reforçámos, em 2022, a sensibilização dos recursos humanos para adesão a processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). Esta metodologia, transversal a todas as tipologias de formação, tem sido desenvolvida em diversas Misericórdias e aplicada a diferentes públicos.

CENTRO PARA A ECONOMIA E INOVAÇÃO SOCIAL

No decorrer do ano 2022, fomos ainda mobilizados para acompanhar a reflexão e a conceção do Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Economia social. Esta estrutura, essencial para a autonomização, formação e reforço das qualificações do setor, assumiu a denominação de Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS). Este centro, que permitirá responder em tempo útil às necessidades formativas e aos desafios emergentes da economia social, é integrado pelo IEFP, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), Centro de Estudos Ibéricos e Instituto da Segurança Social. A UMP, no âmbito da representação da CPES, integrará o conselho técnico-pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução de 2022 ficou fortemente comprometida pelas condicionantes do indispensável suporte financeiro para a sua implementação. A UMP, neste cenário,

pressionou os decisores políticos e autoridades de gestão dos programas temáticos para o necessário ajustamento das regras à realidade das entidades do setor social e solidário, esperando que este esforço seja compensado em breve.

No conjunto das atividades desenvolvidas, temos de destacar a formação para os profissionais da saúde, assim como a definição de novos programas que enquadram com algum realismo as necessidades formativas do setor.

Estamos convictos de que com o trabalho efetuado em 2022, pela consistência das medidas adotadas e a ambição dos objetivos traçados, possamos finalmente ter condições para retomar, em pleno, a dinâmica da formação nas Misericórdias.

A formação profissional constitui-se como um dos principais fatores de sucesso no desempenho das organizações. Nas Misericórdias, pela sua missão e valores, assume maior relevância, pois sem recursos humanos qualificados não conseguiremos prestar bons serviços nas respostas que diariamente gerimos.

A formação e qualificação não é um encargo nem deve ser encarada como um entrave ao funcionamento das Misericórdias. Deve, acima de tudo, assumir-se como uma prioridade de gestão no propósito de permitir organizações sustentáveis, realização pessoal e intelectual dos profissionais e serviços de excelência.

Fundos Comunitários - Apoio a Projetos

O Gabinete de Fundos Comunitários - Apoio a Projetos, em 2022, manteve a sua ação repartida pelas três áreas estratégicas: divulgação de fundos comunitários e apoios, parcerias com ensino superior e relações institucionais e protocolares.

A intervenção mais intensa esteve relacionada com a divulgação dos apoios e demais financiamentos, especialmente os relacionados com o arranque e acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Numa segunda prioridade de ação, o exercício foi dedicado às relações institucionais e protocolares, destacando-se o trabalho realizado no âmbito da CASES e da CPES.

As parcerias e ações com o ensino superior foi a área com atividade mais reduzida durante este ano.

Destacamos ainda, neste exercício, a participação na reflexão e discussão do acordo de

parceria do Portugal 2030.

Em 2022, pese embora a necessidade de reflexões em torno de temas emergentes como a sustentabilidade, o ambiente ou o digital, não foi possível promover estas iniciativas devido à realidade adversa que as instituições conheceram neste período. Apesar de algumas tentativas, não foi fácil encontrar o ambiente favorável e a disponibilidade das Misericórdias que, em 2022, sofreram ainda as consequências da pandemia e as dificuldades económicas e financeiras decorrentes da escalada da guerra e da inflação descontrolada.

O diagnóstico está feito e os desafios colocados ao setor social e solidário - por definição de políticas publicas, por constrangimentos de crises estruturais ou por deficiências de modelos de gestão - convocam-nos a um trabalho profundo de alteração de paradigma. Nesta linha de prioridades, tentaremos, logo que possível, recuperar estes temas para a agenda da UMP e das Misericórdias.

A atividade do gabinete em 2022, resume-se da seguinte forma:

FUNDOS COMUNITÁRIOS: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

Dadas as circunstâncias de encerramento de um período de programação e da abertura de um novo quadro de apoio, acrescido da oportunidade do PRR, foi necessário um maior esforço de coordenação e acompanhamento. A gestão conjunta destes instrumentos, pela sua complexidade e sobreposição temporal, exige maior articulação entre autoridades de gestão, promotores e beneficiários.

Neste contexto, em 2022, assumimos os seguintes planos de atuação:

Portugal 2020

Monitorização dos últimos avisos de concurso, nomeadamente a oportunidade de apoios em modalidade de overbooking.

Plano de Recuperação e Resiliência

No âmbito do PRR e no contexto da parceria de colaboração estabelecida em julho de 2021, participámos nas reuniões de monitorização e nos processos de consulta e aconselhamento. De referir que este desempenho ficou aquém do esperado e da disponibilidade apresentada pela UMP, pois, em 2022, apenas foram realizadas três reuniões da componente C3 Respostas Sociais. Lamentamos ainda que, nas restantes componentes (C1 Saúde e C2 Habitação), as respetivas estruturas de gestão não tenham convocado reuniões ou submetido quaisquer documentos para análise

prévia. Ainda assim, foi possível, por via indireta, influenciar algumas decisões no sentido de adequar os regulamentos e avisos às especificidades do setor social e das Misericórdias em particular.

No que diz respeito às oportunidades de financiamento para as Regiões Autónomas, por ocasião do congresso insular, foi possível transmitir às Misericórdias as principais tipologias de apoio, bem como as preocupações referentes às respetivas componentes do PRR.

A UMP participou igualmente na reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, onde foi analisado o parecer da Estrutura de Missão Recuperar Portugal e sobre o qual manifestámos as nossas preocupações a respeito de alguns critérios de avaliação e financiamento.

Portugal 2030

Em sede de novo período de programação que decorre de 2021 a 2027, fomos mobilizados a analisar o acordo de parceria do Portugal 2030, que se traduz em quatro programas temáticos - Demografia, Qualificações e Inclusão; Inovação e Transição Digital; Ação Climática e Sustentabilidade; e Mar - e sete programas regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira). O documento, que responde razoavelmente aos anseios do setor social, foi objeto de comentários sobre as tipologias de investimento e de sugestões sobre a metodologia e modelo de gestão dos fundos.

APOIOS, CONCURSOS E CANDIDATURAS

Em 2022, no âmbito do Portugal 2020, PRR, concursos e prémios temáticos, procedemos a uma pesquisa e recolha de informação diária.

Após a devida análise e contextualização, foram emitidas circulares às Misericórdias, tendo presente a tipologia do financiamento e a respetiva área geográfica.

Sempre que notificados pelas Misericórdias, solicitámos o devido esclarecimento de dúvidas, junto das autoridades de gestão e de outros promotores.

Ainda no âmbito dos instrumentos comunitários, a UMP assegurou a participação, presencial ou virtual, nas reuniões dos comités de acompanhamento dos programas nacionais e regionais.

COORDENAÇÃO DE PARCERIAS COM ENSINO SUPERIOR E POLITÉCNICO

No âmbito desta atribuição, acompanhámos as plataformas dos consórcios do ensino

superior, nomeadamente com as Universidades do Algarve, Porto, Minho, Universidade Europeia, Universidade Católica e Escola Superior de Santa Maria.

PROTOCOLOS: ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO

Projeto Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social representadas no Conselho Nacional para a Economia Social

Em 2022, concluímos a coordenação do projeto de Capacitação da UMP cuja operação foi financiada pela candidatura POISE 03-04639-000849. Desta operação constaram as seguintes atividades: Plataforma Rede UMP; Auditorias e Follow up; Comunicação UMP e avaliação final. Registamos a excelente execução física desta operação bem como a apreciação muito favorável das Misericórdias inquiridas na avaliação final.

Coordenação e acompanhamento de protocolos

Em 2022 foram monitorizados processo no âmbito dos seguintes protocolos:

- Ordem Soberana e Militar de Malta
- Instituto da Padroeira de Portugal
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- CEAC - Centro de Ensino e Formação Online

Assessorias e acompanhamento

O gabinete assumiu o acompanhamento e participação em reuniões plenárias nos seguintes organismos:

- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): projeto SIIM/ PAIE e Conta Satélite da Economia Social
- Conselho Nacional da Economia Social
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL
- Confederação Portuguesa da Economia Social: apoio à direção e grupos de trabalho temáticos e plano de ação para a economia social/UE
- Grupo de acompanhamento do PRR – protocolo de colaboração Instituto da Segurança Social, Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Habitação
- Representações das Misericórdias nas CIM e áreas metropolitanas
- Conselho consultivo do Centro Nacional de Competências para a Inovação

PROJETOS ESPECÍFICOS

Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ2023)

Na sequência do trabalho já realizado no ano anterior, em 2022, acompanhámos o projeto 'Say Yes', iniciativa para a qual a UMP foi convidada a desenhar uma intervenção solidária junto dos mais idosos. Neste exercício fomos ainda convocados a colaborar nos preparativos referentes ao alojamento e alimentação dos participantes das Jornadas Mundiais da Juventude, que decorrerão em Lisboa de 1 a 6 de agosto de 2023.

Voluntariado nas Misericórdias

A UMP, no propósito de apoiar de forma sistemática e eficaz as diferentes realidades de voluntariado, promoveu em 2022, um questionário a todas as Misericórdias, cujos resultados serão indispensáveis à reestruturação desta área de atuação.

Neste âmbito foram ainda asseguradas as representações na Confederação Portuguesa do Voluntariado.

Outras atividades e eventos relacionados com voluntários e regimes de voluntariado foram articuladas com a CASES, entidade nacional responsável pelas políticas de voluntariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de ação desenvolvido percorreu as principais áreas de responsabilidade do gabinete. Destacamos a dinâmica gerada em torno dos financiamentos PRR, pese embora os entraves conhecidos em determinadas tipologias.

Refira-se, a título de exemplo, alguns avisos de concurso, com valores dos custos padrão desfasados da realidade da economia. Outro fator penalizador na formulação de candidaturas e na execução dos projetos traduz-se no excessivo compromisso dos índices climáticos e energéticos.

Neste exercício de 2022 temos ainda a registar como muito relevante a afirmação das vários entidades e organizações representativas da economia social, o que augura horizontes de progresso, inovação e sustentabilidade para as instituições do setor.

O Gabinete de Fundos Comunitários e Apoio a Projetos, pela natureza da sua atuação, intensificou o acompanhamento e divulgação de todas as oportunidade e apoios disponíveis às Misericórdias.

Nesta dinâmica e interação constantes, deveremos, em união, aproveitar as oportunidades, ganhar escala e garantir a excelência do trabalho diário das Misericórdias de Portugal.

Grupo Misericórdias Saúde

Ainda com os resquícios de uma pandemia à escala global, o ano de 2022 voltou a ser assolado, desta vez com uma guerra na Ucrânia, provocando uma crise económica mundial, também presente no nosso país.

Apesar de todas as dificuldades inerentes a esta conjuntura, nomeadamente o previsível aumento da inflação, mais uma vez as Misericórdias se mostraram disponíveis para com as suas comunidades e, em articulação com o Estado e outras entidades, foram encontrando formas de assegurarem a sua sustentabilidade, conforme se expõe no presente relatório.

CUIDADOS AGUDOS

Protocolos/Acordos

ADSE, Agilidade e AdvanceCare

Continuação da monitorização dos acordos existentes e de novas adesões das Misericórdias inseridas no GMS, para integração destas redes de prestadores, ao abrigo dos protocolos celebrados com a UMP.

SÃVIDA – Medicina Apoiada, S. A.

Foi iniciado o processo de negociação com a SÃVIDA, uma sociedade do Grupo EDP que presta cuidados de saúde a uma parte dos seus beneficiários, principalmente os mais antigos. Este protocolo consiste na prestação de cuidados de saúde (consultas, cirurgias, meios complementares de diagnóstico e terapêutica) a esses mesmos beneficiários, nas regiões/localidades onde existam hospitais e clínicas de Misericórdias, de forma que a EDP possa fechar os postos de atendimento do país para o efeito.

Cartão de Saúde UMP (Cartão Social, Cartão Social +)

Uma vez que a inflação atinge também os seus colaboradores e, consequentemente, as suas famílias, algumas Misericórdias sem condições financeiras para aumentarem as remunerações dos seus recursos humanos, e tentando colmatar os efeitos desta

crise económica, solicitaram ao GMS esclarecimentos sobre o enquadramento e funcionamento do cartão de saúde da UMP.

Além disso, o GMS continuou a monitorização dos cartões junto da SABSEG, entidade promotora dos mesmos.

Acordos de cooperação celebrados com o Ministério da Saúde/ARS, no âmbito das consultas, cirurgias, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) e Serviço de Atendimento Permanente (SAP)

Tendo presente o estabelecido no Decreto-Lei n.º 138/2013, o Conselho de Gestão do GMS tem levado a cabo diversas reuniões com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e Administrações Regionais de Saúde (ARS) no sentido de dar cumprimento aos acordos celebrados neste âmbito, nomeadamente a respetiva monitorização, com vista à elaboração trimestral dos relatórios de execução.

Assim, em 2022, com base na Resolução do Conselho de Ministros 207/2021, de 31 de dezembro, que autoriza a ARS Norte a realizar a despesa dos valores publicados, foram assinados os novos acordos de cooperação CTH (Consultas a Tempo e Horas), com início a 1 de janeiro de 2022 e término a 31 de dezembro de 2026.

No que respeita aos acordos de cooperação CTH, celebrados entre a ARS Centro e ARSLVT e as Santas Casas de Misericórdia da Mealhada, Benavente e Entroncamento, respetivamente, e apesar da garantia do Ministério da Saúde, ainda não têm clausulado semelhante, o que não permite a transversalidade dos acordos.

SIGIC

Prorrogação, até 31 de dezembro de 2023, do acordo celebrado a 3 de janeiro de 2017, entre o Ministério da Saúde e a UMP, no âmbito das cirurgias em lista de espera e MCDT.

Hospitais devolvidos às Misericórdias

Continuação do acompanhamento e monitorização dos hospitais das Santas Casas de Misericórdia de Anadia, Fafe e Serpa.

Novas formas de articulação com o Ministério da Saúde

Grupo de trabalho sobre licenciamento

Representação da UMP no grupo de trabalho criado com a missão de estudar e propor os requisitos técnicos de funcionamento aplicáveis a cada uma das tipologias de equipamentos prestadores de cuidados de saúde, com vista ao respetivo

licenciamento. Em vista está a elaboração de 14 projetos de portaria para as unidades de saúde.

Contratação excluída

De forma a minimizar as listas de espera, o GMS continua a colaboração com o Ministério da Saúde, no âmbito da prestação de cuidados de saúde, diretamente articulada com os hospitais EPE, nomeadamente no que respeita à realização de cirurgias.

Cursos de Codificação Clínica em ICD-10-CM/PCS

Articulação com a ACSS no levantamento da necessidade dos hospitais das Misericórdias para a formação dos seus médicos codificadores.

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

Continuidade no processo com a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)

para a criação de uma estrutura central, no sentido de facilitar às Misericórdias do GMS o acesso aos sistemas de informação, agilizando eficazmente a gestão da produção contratualizada com o SNS.

Projeto Balcões SNS24/Linha SNS24

Com o objetivo de salvaguardar a saúde e o bem-estar da pessoa idosa (por vezes com mobilidade condicionada), evitando deslocações aos hospitais e subsequente risco acrescido de infeção hospitalar, mas também para aliviar o congestionamento dos serviços de urgência, o Ministério da Saúde abordou a UMP, manifestando o seu interesse em implementar o Projeto Balcões SNS24/Linha SNS24 nas Misericórdias do país, principalmente as que detêm estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI) e unidades de cuidados continuados(UCC).

Neste contexto, o GMS tem vindo, junto das Misericórdias, a articular e monitorizar os procedimentos com o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), o SNS e a SPMS, estando prevista a conclusão da implementação das áreas abrangidas pelas atuais Unidades Locais de Saúde (ULS) Alto Minho, Nordeste, Guarda, Castelo Branco e Portalegre até meados de 2023.

Prevê-se que, até ao fim do ano, esteja concluída a implementação do projeto no resto das regiões do país e não inseridas em qualquer ULS.

Reuniões

Conselho de Gestão

O Conselho de Gestão do GMS reuniu, semanalmente, para analisar e discutir assuntos e questões na área da saúde, no sentido de serem encontradas estratégias e soluções eficazes para o desenvolvimento das suas associadas.

Misericórdias

Com recurso às novas tecnologias, foram promovidas reuniões/sessões de esclarecimento com as Misericórdias, de forma a otimizar e uniformizar procedimentos, não só no que respeita ao desenvolvimento da atividade hospitalar, mas também para regular tabelas de preços e remunerações.

Empresas

Várias reuniões foram realizadas para apresentação de produtos e/ou serviços, com o intuito de serem celebrados protocolos e respetivos acordos, de forma a serem proporcionadas às Misericórdias melhores condições de negociação e rentabilidade das suas unidades de saúde.

Colaboração com gabinetes/serviços internos

- Jornal Voz das Misericórdias/Comunicação e Imagem: foram prestadas informações e esclarecimentos diversos, para divulgação, relativos às atividades do GMS.
- Central de Negociações: apoio técnico na negociação de todos os protocolos relacionados com a área da saúde/cuidados agudos, sempre que solicitado.
- Plataforma Rede UMP - apoio aos serviços para a criação de uma plataforma global, com o propósito de melhorar, não só a comunicação entre os diversos serviços da UMP, mas também agilizar a comunicação com as Misericórdias. A obtenção de uma base de dados devidamente organizada é também um dos grandes objetivos deste projeto.

CUIDADOS CONTINUADOS

Na área dos cuidados continuados, as atividades do GMS centraram-se essencialmente no acompanhamento da atividade das Misericórdias no seio da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), em articulação com o Ministério da Saúde (MS), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e o Núcleo Funcional para os Cuidados Continuados (NFCC), integrado na Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS), através das atividades de

seguida descritas.

Grupo Coordenador Central do Plano de Prevenção, Controlo de Infeção e Resistência aos Antimicrobianos (GCC – PPCIRA)

O GCC-PPCIRA prestou todo o apoio às instituições no âmbito de controlo de infeção, em especial no que à pandemia por Sars-Cov-19 diz respeito, mas com alguma estabilização nesta matéria, também noutras áreas do Plano de Prevenção de Controlo de Infeção e Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA).

No âmbito da Covid-19, o GCC-PPCIRA prestou esclarecimentos telefónicos e escritos às Misericórdias, apoiou a elaboração e adaptação a cada momento dos planos de contingência a cada realidade, enviou informação atualizada de acordo com as normas da Direção-Geral da Saúde (DGS) a cada momento.

Foi criado um grupo de apoio técnico através da plataforma social WhatsApp para uma resposta imediata às situações que foram surgindo, envolvendo os Secretariados Regionais. O trabalho desenvolvido nesta área foi crucial na proteção e desenvolvimento dos procedimentos corretos nas instituições no âmbito da situação pandémica. Atuou nas demais áreas de controlo de infeção através de respostas on-call das diversas situações que surgiram.

Grupo de Farmacêuticos

Atualmente o projeto de farmacêuticos conta com 10 farmacêuticos que dão apoio a 85 UCC a nível nacional. Em 2022 o projeto permitiu que as UCC envolvidas obtivessem poupanças significativas decorrentes quer da aquisição direta, quer da minimização do desperdício e do desenvolvimento de um modelo conjunto de gestão dos medicamentos e de boa prática nesta área, através das orientações técnicas de profissionais qualificados.

Em 2022, uma parte relevante do trabalho dos farmacêuticos que integram o grupo foi ainda adequado à situação pandémica e às necessidades das Misericórdias.

Foram, além disso, desenvolvidas as seguintes atividades:

- Envio do boletim informativo INFO FARMÁCIA
- Artigo mensal de opinião para o jornal Voz das Misericórdias
- Compilação de toda a documentação de cada uma das novas UCC para a instrução dos respetivos processos junto do Infarmed e alterações relevantes nomeadamente de substituição de ausências prolongadas

- Elaboração de orientações técnicas e implementação de práticas de gestão do medicamento nas UCC aderentes
- Negociação com os laboratórios, importadores e grossistas com vista à aquisição de medicamentos aos grossistas, importadores e laboratórios
- Planeamento e desenvolvimento de estudos que visam a publicação em revistas científicas nacionais/internacionais
- Reuniões mensais do grupo técnico para discussão de assuntos relevantes e de interesse específico das UCC

Formação Saúde

No âmbito da submissão da candidatura a financiamento para formação técnica destinada aos diferentes grupos profissionais, foi atribuída uma linha de financiamento para formação a desenvolver nas regiões Norte, Centro e Alentejo com vista à melhoria contínua da qualidade e das competências profissionais e institucionais.

Em 2022 foi possível encerrar o projeto de formação nas três áreas da candidatura. Foram realizadas, em formato online e em formato presencial as formações indicadas no quadro seguinte, num total de 33 cursos realizados, mais de 260 horas de formação e mais de 300 formandos envolvidos.

Temas	*Cursos*	*Horas*
Técnicos Superiores		
Prevenção e tratamento de úlceras de pressão	4	32
Controlo da dor	2	16
Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados (gestão de percursos e decisões partilhadas em cuidados de saúde)	4	32
Profissionais não qualificados		
Cuidados Paliativos na RNCCI (Nível IV)	10	80
Prevenção e Controle de Infeção nas UCC (Nível IV)	10	80
RNCCI - Comunicação (Formação específica para Auxiliares)	3	24
Total	33	264

Estes cursos encerram um projeto iniciado em 2019, que se deparou com diversas dificuldades de implementação, nomeadamente por via da pandemia e em especial por formandos e formadores serem todos profissionais da área da saúde. Contudo, 2022 permitiu que se chegasse a bom porto, o que apenas foi possível com a colaboração das Misericórdias.

Compete olhar para o projeto global agora concluído, e em que se contam as formações elencadas em baixo. Num total de 129 cursos, divididos em três regiões, cerca de 1500 horas de formação e que envolveu 55 formadores e mais de 2000 formandos.

Formação Saúde	Realizados		
Tema	Norte	Centro	Alentejo
Introdução à segurança do medicamento	4	4	2
Ferramentas da Qualidade	2	2	1
Cuidados Paliativos na RNCCI (Nível V e seguintes)	5	5	3
Cuidados Paliativos na RNCCI (Não qualificados)	5	5	3
Demências e Síndromes Geriátricos (Nível V e seguintes)	5	5	3
Demências e Síndromes Geriátricos (Não qualificados)	5	5	3
Planeamento e Gestão de Altas	2	2	1
Prevenção e Controle de Infeção nas UCC (Nível V e seguintes)	5	5	3
Prevenção e Controle de Infeção nas UCC (Não qualificados)	5	5	3
Prevenção e Tratamento de Úlceras de Pressão	3	3	2
Controle da dor	3	3	2
RNCCI - Comunicação (Formação específica para Assistentes Operacionais)	2	2	1
Cuidados de reabilitação na RNCCI	2	2	1
Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados (Gestão de percursos e decisões partilhadas em cuidados de saúde)	2	2	1
Total de cursos	50	50	29

Banco de Medicamentos

O GMS continuou a efetuar a ligação entre as UCC e o Infarmed, bem como a prestar esclarecimentos diversos às UCC e Misericórdias no geral, IPSS e pessoas/entidades particulares que se dirigiram ao gabinete em busca de informações adicionais sobre o funcionamento do Banco de Medicamentos.

Acompanhamento do Projeto Piloto – UCC Bento XVI

No ano de 2022 as visitas piloto à UCC Bento XVI estiveram suspensas durante a maior parte do ano, tendo sido retomadas no final do mesmo. Continuaram a ser prestados, via telefone e videoconferências, os esclarecimentos e acompanhamentos necessários e solicitados para desenvolvimento de projetos na área da demência.

Acompanhamento de protocolos

O GMS continuou a prestar a sua colaboração na gestão dos protocolos diretamente

relacionados com a área da saúde/cuidados continuados, sempre que solicitado para o efeito, nomeadamente, mas não em exclusivo na área da nutrição e das úlceras de pressão.

Área da qualidade

A UMP, através do GMS, manteve a presidência da Comissão Técnica 186, do Instituto Português da Qualidade, contribuindo, assim, de forma mais ativa para a elaboração e acompanhamento de Normas de Qualidade Nacionais e Internacionais, bem como envolver as Misericórdias cada vez mais nesta área.

No ano de 2022 foram publicadas duas normas e divulgadas às instituições:

- Norma Portuguesa ISO 22886:2020 - Healthcare organization management — Vocabulary (GT4)
- Norma Portuguesa EN 17398:2020 - Patient involvement in health care - Minimum requirements for person-centred care (GT3)

A UMP participou ainda numa reunião técnica plenária internacional da ISO, enquanto membro observador, da ISSO TC 304 - Healthcare organization management.

A UMP integra ainda a Comissão Técnica 199 do IPQ/Informática na área da saúde, que em 2022 teve a sua atividade mais parada. Continuaram, no entanto, a ser votados os documentos internacionais apresentados.

Reuniões de trabalho com entidades externas

Participou em reuniões de trabalho com várias outras entidades externas e parceiros institucionais, maioritariamente por videoconferência, nomeadamente:

- Ministério da Saúde
- Administrações Regionais de Saúde
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)
- Conselho Nacional de Saúde Mental
- Direção-Geral da Saúde (DGS)
- Entidade Reguladora da Saúde (ERS)
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)
- Instituto Português da Qualidade (IPQ)

- Infarmed
- Instituto da Segurança Social

Outras atividades quotidianas

Diariamente, o GMS desenvolveu a sua atividade prestando esclarecimentos às Misericórdias. Os temas mais recorrentes foram a atualização de preços - os aumentos dos valores das diárias (previsões), dívidas de utentes, atrasos de pagamentos das entidades oficiais, relacionamento com a Ordem dos Enfermeiros, questões relacionadas com transportes e situações sociais, grupo de farmacêuticos e também questões relacionadas com a pandemia.

Procedeu ainda à pesquisa de informação técnica e eventos técnico-científicos julgados de interesse, assegurou a articulação necessária com as equipas de coordenação local (ECL), equipas coordenadoras regionais (ECR) e outras entidades, preparou e disponibilizou ao Secretariado Nacional informação de suporte para a defesa dos interesses das Misericórdias junto da tutela.

Modernização

No âmbito do projeto de modernização da UMP, o GMS colaborou sempre que foi solicitado, sendo de destacar a plataforma para recolha de dados que serão utilizados como indicadores e que irão permitir às Misericórdias com UCC a realização de benchmarking entre si num futuro próximo.

Património Cultural

O Gabinete do Património Cultural (GPC) da UMP, em 2022, deu continuidade à ação desenvolvida junto das Misericórdias, com especial destaque para o programa de inventário do património móvel. Registamos igualmente, neste ano, o retomar dos principais eventos desta área como são as 'Jornadas de Museologia' e o 'Dia do Património'.

Um outro conjunto de iniciativas são igualmente motivo de destaque neste exercício, tanto pela projeção nacional do património, como é o projeto 'Viver Património', como pelo potencial de afirmação da nossa identidade como é o projeto de arte contemporânea.

Destacamos ainda, em 2022, de enorme relevância para o trabalho em curso, as

relações institucionais, bem como as parcerias e consórcios que vimos reforçados neste exercício anual.

Dando cumprimento ao estabelecido no plano de ação e conscientes da mais valia destas apostas para a afirmação identitária das Misericórdias, em 2022 reforçámos a dinâmica de interação com as instituições em matéria de património cultural e intensificámos os contactos e parcerias externas numa abordagem de novas realidades.

ESTRUTURA E LINHAS ORIENTADORAS

A atividade do GPC com as Misericórdias foi desenvolvida no âmbito das seguintes áreas:

- Património imóvel
- Património móvel
- Património arquivístico
- Conservação e restauro
- Bibliotecas e livros
- Arte contemporânea
- Património imaterial
- Dinamização e divulgação

As tarefas associadas a estas áreas caraterizam-se pelo estudo, inventariação, preservação, conservação, segurança, formação, criatividade e inovação.

Neste contexto destacam-se, pela relevância da intervenção, as parcerias com: Direção-Geral do Património Cultural; Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro, Alentejo e Algarve; Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB); Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU); Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais; Fundação Museu do Douro; Cooperativa Árvore; Instituto Politécnico de Tomar; Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Sempre que solicitado pelas Misericórdias, promovemos visitas técnicas de apoio e

aconselhamento, mobilizando, quando necessário, as parcerias institucionais vocacionadas para apoio nas diferentes matérias em apreciação.

FORMAÇÃO

O programa de formação, concebido em parceria entre o Centro de Formação da UMP e as Direções Regionais de Cultura, não teve expressão em 2022.

INVENTARIAÇÃO

Em 2022, a UMP deu continuidade ao inventário do património móvel, tendo sido envolvidas, neste processo, cerca de 15 Misericórdias, onde foram inventariadas mais de 2000 peças, que deram lugar à elaboração e redação de cerca de 1300 fichas de inventário. Neste âmbito, procedemos também à entrega presencial e formal dos relatórios de inventários anteriormente efetuados, aproveitando o contacto para apresentar sugestões de intervenção nos respetivos acervos.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Neste campo de atuação, destacamos a participação no catálogo da exposição 'Relíquia? O projeto reliquiarum' e a produção da edição 'Misericórdias: Património com identidade', do projeto de Capacitação UMP.

Em matéria editorial, assinalamos igualmente a colaboração nas iniciativas comemorativas do 20.º aniversário do início da edição 'Portugaliae Monumenta Misericordiarum'.

PROTOCOLOS E PARCERIAS

Destacamos a parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no projeto 'Plataforma Nacional de Redução de Riscos de Catástrofe' (grupo de trabalho 6/património cultural). Assinalamos igualmente a representação da UMP nos órgãos sociais do Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos de Mariologia.

CARREIRAS PROFISSIONAIS

Em 2022 não se verificou qualquer evolução neste processo.

COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS

Em 2022, destacamos a participação nos seminários da Rede de Arquivos de Instituições de Cariz Religioso (RAIR), a participação no congresso internacional 'Mulher, Mãe e Rainha: 375 Anos da Coroação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal', bem como a colaboração e participação na edição do X Prémio Nacional de Reabilitação Urbana.

No final do ano, a convite da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, participámos no programa 'Por Boas Causas', da rádio TSF´, cuja temática versou o património e a história das Misericórdias.

De iniciativa do Gabinete do Património Cultural, em colaboração com as Misericórdias locais, assinalamos a realização, a 3 de junho, das VII Jornadas Museologia nas Misericórdias, em Santarém, e a 30 de setembro, o 11.º Dia do Património das Misericórdias, em Viana do Castelo.

Estes eventos, no conjunto das várias atividades dos respetivos programas, contaram com a presença de aproximadamente 250 participantes.

PROJETOS ESPECÍFICOS

Projeto 'Viver Património'

Destacamos, em 2022, o início formal deste projeto no distrito de Viana do Castelo com a adesão das Misericórdias. No decorrer do ano, foram ainda encetados contactos para alargar o projeto a um conjunto significativo de Misericórdias de outros distritos.

Museu virtual 'Misericórdias: um passado com futuro'

Em 2022, foram desencadeados os contactos indispensáveis ao apoio financeiro deste projeto que se prevê iniciar em 2023.

Roteiros 'Património e turismo: realidades museológicas e edificado'

Na esfera do projeto 'Viver Património', foram definidas as rotas temáticas de visita. Este trabalho de base irá sustentar a estratégia de divulgação e promoção do património das Misericórdias. Neste âmbito, foram estabelecidos contactos com o Turismo de Portugal, Entidades Regionais de Turismo e INATEL.

Misericórdias nos caminhos de Santiago

Em colaboração com as Entidades Regionais de Turismo, fomos articulando a informação sobre capacidade logística e oferta patrimonial e cultural das Misericórdias aos peregrinos dos caminhos de Santiago.

Projeto de arte contemporânea

Dando continuidade a este importante projeto, promovemos a edição da sexta fase de pintura das obras de misericórdia com as temáticas:

- Obra corporal: vestir os nus

- Obra espiritual: ensinar os simples

Projeto 'Património Identidade - Confederação Internacional das Misericórdias'

No âmbito do recenseamento do património cultural das Misericórdias, demos continuidade à recolha de elementos das Misericórdias internacionais que, no quadro da Confederação Internacional das Misericórdias, se integrarão em projetos comuns e parcerias internacionais.

Projeto RELIQUIARUM

A UMP integrou a parceria do projeto Reliquiarum, no âmbito do qual tem vindo a identificar as Misericórdias proprietárias deste tipo de espólios.

Na sequência desse trabalho, foi possível assegurar a presença de quatro peças na exposição organizada pelo Museu de São Roque. Em 2022, participámos com uma comunicação na conferência internacional 'Relíquias em Projeto'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido até agora, muito reforçado e sistematizado no último ano, propõe-nos um horizonte de mais trabalho e de enorme ambição ao serviço das Misericórdias, na defesa e projeção do seu património.

Cumpre-nos agradecer o enorme empenho das Misericórdias neste caminho, que apesar das inúmeras vicissitudes diárias em matéria social, ainda assim estão sensíveis e atentas ao seu património e às potencialidades que este representa em cada comunidade.

Uma palavra de idêntico e reconhecido apreço ao Secretariado Nacional da UMP pelo apoio e incentivo ao trabalho desenvolvido, bem como a todos os parceiros e instituições que nos acompanham nesta missão.

A verdade histórica das instituições e a afirmação identitária das comunidades passam pela preservação do património das Misericórdias e pela sua projeção local e nacional.

Este desafio reside na determinação de todos, que, em verdadeira união de vontades e esforços, nos teremos de empenhar na salvaguarda, preservação e divulgação do património cultural das Misericórdias.

Relações Internacionais

Ao longo de 2022, a UMP manteve a sua participação na Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde tem estatuto de entidade observadora há vários anos. Além disso, foi possível estreitar laços com as Misericórdias brasileiras, no âmbito do 13.º Congresso Internacional de Misericórdias, que se realizou, em Brasília nos dias 23, 24 e 25 de agosto, conjuntamente com o 30.º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Turicórdia

A Turicórdia desenvolve atividades na área do turismo, externamente para as Misericórdias e internamente para a UMP. Em 2022, foram realizados dois grandes eventos, um de âmbito internacional e outro de âmbito insular.

De âmbito internacional, realizou-se o 13.º Congresso Internacional das Misericórdias, que decorreu de 23 a 25 de agosto, em Brasília. A Turicórdia, por ocasião do mesmo, preparou um pacote de viagem de cinco dias para deslocar uma delegação de Misericórdias portuguesas ao Brasil.

No entanto e aproveitando esta oportunidade de deslocação ao Brasil, a Turicórdia sugeriu ao Secretariado Nacional que a 7º Grande Viagem UMP tivesse como destino a cidade de São Paulo, tendo sido elaborado um pacote de viagem de quatro dias (de 18 a 22 de agosto).

De âmbito insular, realizou-se o 15º Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, que decorreu de 14 a 16 de outubro, na ilha do Faial e que culminou com a celebração dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

A Turicórdia, por ocasião do mesmo, preparou um pacote de viagem de quatro dias para deslocar uma delegação de Misericórdias oriundas do continente, da ilha da Madeira e de outras ilhas dos Açores para a ilha do Faial.

A pedido da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Conde por ocasião da celebração dos 25 anos do seu equipamento social na Touguinha, designado por 'Centro de Apoio e Reabilitação para Pessoas com Deficiência', a Turicórdia organizou uma

viagem a Roma de três dias, que decorreu de 27 a 29 de setembro, cujo o programa elaborado previa a visita ao Vaticano e uma especial receção aos utentes do Centro da Touguinha pelo Papa Francisco, na Praça de São Pedro, cidade do Vaticano.

A Turicórdia realizou também o seu 11º Encontro Cinegético, a 12 de novembro, que teve lugar em Borba, na Herdade Fuseira e Álamo da UMP.

Durante todo o ano, foram ainda feitas reservas individuais de hotel e de viagens, entre outros serviços, quer para colaboradores da UMP que se encontravam em contexto de serviço externo, quer para o Secretariado Nacional da UMP para cumprimento das suas agendas e compromissos de apoio às Misericórdias.

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

Rua de Entrecampos, 9 – 1000-151 Lisboa

Telefone: 218 110 540 | Fax: 218 110 545

Email: secretaria.geral@ump.pt

www.ump.pt

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIA em 31 de Dezembro de 2022

Valores em euros

Demonstração dos Resultados	Sede	Lar Virgílio Lopes	Centro João Paulo II	Centro de Santo Estevão	Escola "Os Moinhos"	Grupo Misericórdias Saúde	UCCI Bento XVI	Centro Luís da Silva	Total
Vendas e Serviços Prestados	1.344.392,44	547.550,26	902.111,79	492.980,68		631.307,60	1.954.091,82	430.033,65	6.302.468,24
Subsídios, doações e legados à exploração	908.947,57	275.301,11	3.428.394,66	1.324.358,55	135.843,32		20.283,99	1.376.948,16	7.470.077,36
Variação nos inventários da produção									
Trabalhos para a própria entidade									
Custo das mercadorias vendidas e das matérias Consumidas	(62,73)	(17.842,08)	(279.006,56)	(55.017,38)	(64,92)		(143.545,53)	(67.276,50)	(562.815,70)
Fornecimentos e Serviços Externos	(1.736.066,51)	(228.203,28)	(926.721,56)	(279.220,62)	(633,76)	(240.909,30)	(478.644,69)	(464.962,57)	(4.355.362,29)
Gastos com o Pessoal	(894.820,35)	(524.081,39)	(3.052.497,52)	(1.117.080,44)	(129.681,39)	(343.296,01)	(1.100.838,70)	(1.088.863,76)	(8.251.159,56)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)									
Imparidades de divídas a receber (perdas/reversões)									
Provisões (aumentos/reduções)									
Provisões específicas (aumentos/reduções)									
Outras imparidades (perdas/reversões)									
Aumentos / reduções de justo valor	11.138,79								11.138,79
Outros rendimentos e ganhos	560.147,24	8.488,05	194.909,09	8.962,69		6.245,11	151.444,73	130.734,30	1.060.931,21
Outros gastos e perdas	(55.148,10)	(13.477,63)	(9.062,70)	(1.576,13)	(2,00)	(118,07)	(2.115,71)	(5.845,62)	(87.345,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**138.528,35**	**47.735,04**	**258.127,20**	**373.407,35**	**5.461,25**	**53.229,33**	**400.675,91**	**310.767,66**	**1.587.932,09**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(518.018,69)	(11.285,74)	(207.999,99)	(75.268,87)	(328,31)	(1.551,19)	(136.508,71)	(150.197,44)	(1.101.158,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**-379.490,34**	**36.449,30**	**50.127,21**	**298.138,48**	**5.132,94**	**51.678,14**	**264.167,20**	**160.570,22**	**486.773,15**
Juros e rendimentos similares obtidos	45,17								45,17
Juros e gastos similares suportados	(84.095,32)					(92,06)	(45.218,70)	(25.755,78)	(155.161,86)
Resultado antes de impostos	**(463.540,49)**	**36.449,30**	**50.127,21**	**298.138,48**	**5.132,94**	**51.586,08**	**218.948,50**	**134.814,44**	**331.656,46**
Imposto sobre o rendimento do período									
Resultado líquido do período	**(463.540,49)**	**36.449,30**	**50.127,21**	**298.138,48**	**5.132,94**	**51.586,08**	**218.948,50**	**134.814,44**	**331.656,46**

Demonstrações Financeiras 2022

União das Misericórdias Portuguesas

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

Índice

- Balanço em 31 de dezembro de 2022 4
- Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2022 5
- Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 6
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2022 7
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2021 8

• Anexo

1 NOTA INTRODUTÓRIA 9
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 9
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 9
3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO 10
a) Pressuposto da continuidade 10
b) Regime do acréscimo 10
c) Consistência de apresentação 10
d) Classificação dos ativos e passivos não correntes 10
e) Passivos contingentes 10
f) Passivos financeiros 10
g) Eventos subsequentes 10
h) Derrogação das disposições do SNC 11
3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 11
3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 12
3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS 12
3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS 12
3.6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS 13
3.7 INVENTÁRIOS 14
3.8 ATIVOS BIOLÓGICOS 14
3.9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS 14
a) Clientes, utentes e outras contas a receber 15
b) Caixa e depósitos bancários 15
c) Fornecedores e outras contas a pagar 15
d) Financiamentos bancários 15
e) Locações 15
f) Ativos financeiros detidos para negociação 16
g) Ativos não correntes detidos para venda 16
3.10 PROVISÕES 16
3.11 RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO 17
3.12 SUBSÍDIOS E DOAÇÕES 17
a) Subsídios 17
b) Doações 17
3.13 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO 18
3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS 18
3.15 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES 18
4 FLUXOS DE CAIXA 19
5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS 19
6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 19
7 ATIVOS INTANGÍVEIS 20
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS 21

9 INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS 22
10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 23
11 ATIVOS FINANCEIROS 23
11.1 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 24
11.2 CLIENTES / UTENTES 24
11.3 OUTRAS CONTAS A RECEBER 25
12 FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS 25
13 DIFERIMENTOS 25
14 FUNDOS PATRIMONIAIS 26
15 Provisões 27
16 PASSIVOS FINANCEIROS 28
17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS 28
18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 30
19 RÉDITO 31
20 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO 31
21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 32
22 GASTOS COM O PESSOAL 32
23 (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO 33
24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS 33
25 OUTROS GASTOS E PERDAS 34
26 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES 34
27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 35

1. BALANÇO

(Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez. 2022	31 dez. 2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	18.734.258,28	18.814.082,34
Ativos intangíveis	7	515.037,08	228.581,96
Ativos biológicos	9	37.832,00	26.720,00
Investimentos financeiros	11	144.500,00	144.500,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	148.834,91	36.814,24
Outros Ativos financeiros	11	107.888,82	81.181,23
Total dos Ativos Não Correntes		19.688.351,09	19.331.879,77
Ativo corrente			
Inventários	9	618.877,48	539.893,35
Clientes	11	632.411,29	730.200,36
Adiantamentos a fornecedores	11	-	131,20
Estado e outros Entes Públicos	18	212.060,44	492.874,39
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membr	12	901.381,40	681.048,60
Outras contas a receber	11	1.142.957,09	1.786.522,98
Diferimentos	13	80.696,86	67.665,71
Outros Ativos financeiros	11	18.899,77	18.872,98
Caixa e depósitos bancários	4	3.772.719,19	4.168.492,16
Total dos Ativos Correntes		7.380.003,52	8.485.701,73
Total do ativo		**27.068.354,61**	**27.817.581,50**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		2.389.029,81	2.389.029,81
Reservas		2.489.516,91	2.489.516,91
Resultados transitados	14	(448.267,89)	(394.518,41)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	10.265.709,96	10.288.292,82
Resultado Líquido do período		331.656,46	102.694,58
Total dos fundos patrimoniais		15.027.645,25	14.875.015,71
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas	15	93.011,75	93.011,75
Financiamentos obtidos	17	2.805.017,05	2.820.459,68
Outras contas a pagar		-	-
Total do passivo não corrente		2.898.028,80	2.913.471,43
Passivo corrente			
Fornecedores c/c	16	653.186,71	774.981,43
Estado e outros entes públicos	18	306.751,57	274.923,97
Financiamentos obtidos	17	2.570.426,47	2.340.223,90
Outras contas a pagar	16	5.060.215,63	5.213.162,83
Diferimentos	13	552.100,18	1.425.802,23
Total do passivo corrente		9.142.680,56	10.029.094,36
Total do passivo		**12.040.709,36**	**12.942.565,79**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**27.068.354,61**	**27.817.581,50**

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e Serviços Prestados	19	6.302.468,24	5.779.276,54
Subsídios, doações e legados à exploração	20	7.470.077,36	7.280.828,75
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias Consumidas	9	(562.815,70)	(631.327,37)
Fornecimentos e Serviços Externos	21	(4.355.362,29)	(4.090.957,77)
Gastos com o Pessoal	22	(8.251.159,56)	(8.325.862,88)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	9, 11	11.138,79	(3.382,39)
Outros rendimentos e ganhos	24	1.060.931,21	1.363.640,54
Outros gastos e perdas	25	(87.345,96)	(204.254,23)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.587.932,09**	**1.167.961,19**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(1.101.158,94)	(909.454,32)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**486.773,15**	**258.506,87**
Juros e rendimentos similares obtidos	26	45,17	50,61
Juros e gastos similares suportados	26	(155.161,86)	(155.862,90)
Resultado antes de impostos		331.656,46	102.694,58
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**331.656,46**	**102.694,58**

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em euros

	Notas	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		6.223.767,69	6.040.957,83
Pagamentos a fornecedores		(5.117.116,14)	(5.039.167,55)
Pagamentos ao pessoal		(8.169.504,71)	(8.273.492,70)
Caixa gerada pelas operações		(7.062.853,16)	(7.271.702,42)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		7.500.158,18	7.530.537,75
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		**437.305,02**	**258.835,33**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(832.052,57)	(286.486,32)
Ativos intangíveis		(603.951,83)	(85.713,92)
Investimentos financeiros		(141.529,25)	-
Outros Ativos		(15.608,00)	(3.468,60)
		(1.593.141,65)	(375.668,84)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		132.031,92	256.359,16
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	45.852,06
Outros Ativos		26.196,56	28.335,87
Subsídios ao investimento		649.705,24	162.068,11
Juros e rendimentos similares		45,17	50,61
Dividendos			
		807.978,89	492.665,81
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		**(785.162,76)**	**116.996,97**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		214.759,94	558.024,17
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			1.082.000,00
Outras operações de financiamento			
		214.759,94	1.640.024,17
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(155.105,73)	(157.367,15)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		(107.569,44)	
		(262.675,17)	(157.367,15)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		**(47.915,23)**	**1.482.657,02**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(395.772,97)	1.858.489,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**4.168.492,16**	**2.310.002,84**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**3.772.719,19**	**4.168.492,16**

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2022

Valores expressos em euros

			Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	**Reservas**	**(...)**	**Resultados transitados**	**Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**	**Ajustamentos em Activos Financeiros**	**Excedente de Revalorização**	**Resultado líquido do exercício**	**Total dos Fundos Patromoniais**
Posição no Início do Período 2022	1	**Notas**	2.389.029,81	2.489.516,91	-	(394.518,41)	10.288.292,82	-	-	102.694,58	**14.875.015,71**
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		14	-	-	-	(53.749,48)	(22.582,86)	-	-	(102.694,58)	**(179.026,92)**
	2		-	-	-	(53.749,48)	(22.582,86)	-	-	(102.694,58)	(179.026,92)
Resultado Líquido do Período	***3***									331.656,46	331.656,46
Resultado Extensivo	***4 = 2 + 3***									228.961,88	152.629,54
Operações com instituidores no período											
Fundos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		14 e 24	-	-	-	-		-	-	-	-
Outras operações		14	-	-	-	-		-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2022	***= 1 + 2 + 3 + 5***		**2.389.029,81**	**2.489.516,91**	-	**(448.267,89)**	**10.265.709,96**	-	-	**331.656,46**	**15.027.645,25**

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2021

Valores expressos em euros

			Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	**Reservas**	**(...)**	**Resultados transitados**	**Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**	**Ajustamentos em Activos Financeiros**	**Excedente de Revalorização**	**Resultado líquido do exercício**	**Total dos Fundos Patromoniais**
Posição no Início do Período 2021	1	**Notas**	2 389 029,81	2 489 516,91	-	(265 921,05)	9 397 324,92	-	-	(194 957,44)	**13 814 993,15**
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		14 e 24	-	-	-	(128 597,36)	890 967,90	-	-	194 957,44	**957 327,98**
	2		-	-	-	(128 597,36)	890 967,90	-	-	194 957,44	957 327,98
Resultado Líquido do Período	***3***									102 694,58	102 694,58
Resultado Extensivo	***4 = 2 + 3***									297 652,02	1 060 022,56
Operações com instituidores no período											
Fundos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados			-	-	-	-		-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-		-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	***5 = 1 + 2 + 3 + 5***		**2 389 029,81**	**2 489 516,91**	-	**(394 518,41)**	**10 288 292,82**	-	-	**102 694,58**	**14 875 015,71**

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A União das Misericórdias Portuguesas tem a sua sede na Rua de Entrecampos, nº 9, Lisboa, é uma Associação formada por todas as irmandades da Misericórdia, aprovada canonicamente, que tem por fim orientar, coordenar, dinamizar e representar estas instituições, defendendo os seus interesses, organizando serviços de interesse comum e fomentando entre elas os princípios que formam a base cristã da sua origem. A União das Misericórdias Portuguesas exerce a sua atividade no plano nacional.
Para além do apoio direto às Misericórdias, a UMP gere alguns equipamentos sociais, com especial destaque para a área da deficiência Profunda. O Centro João Paulo II, em Fátima, o Centro Santo Estêvão, em Viseu, e o Centro Luís da Silva, em Borba, foram construídos para acolher e apoiar pessoas portadoras de deficiência profunda. No que respeita à terceira idade, a UMP é responsável pelo Lar Dr. Virgílio Lopes e também pela Academia de Cultura e Cooperação, ambos em Lisboa. Na área da saúde, a UMP conta com a Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI (dedicada especialmente às demências), em Fátima.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto nº 98/2015, de 2 de junho e no Aviso nº 218/2015 de 27 de julho, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da UMP são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da UMP, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A UMP regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

c) Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.
Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade;

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos decorrentes de obras de adaptação em edifícios arrendados são reconhecidos como um gasto do período em função do período de arrendamento previsto nos respetivos contratos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes, a partir da data em que se encontrarem disponíveis para uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do Fundo Patrimonial. Estes ativos não se destinam à produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, enquanto as propriedades de investimento recebidas por doação são registadas ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou de acordo com o valor patrimonial tributário, na ausência de outra determinação de justo valor.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".
Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a UMP, sejam controláveis pela UMP e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de

caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a UMP tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da UMP nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao

Interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7 INVENTÁRIOS

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.
O método de custeio dos inventários adotado pela UMP consiste no custo médio.

3.8 ATIVOS BIOLÓGICOS

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita. Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os ativos biológicos são tratados em dois grandes grupos: ativos biológicos de produção e ativos biológicos consumíveis.

Ativos Biológicos de Produção

Os ativos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Ativos Biológicos consumíveis

Os ativos biológicos consumíveis são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento.

3.9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

a. ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
b. ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

a) Clientes, utentes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

b) Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

d) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a UMP tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

g) Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.10 PROVISÕES

A UMP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e

montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11 RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da catividade normal da UMP. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A UMP reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A UMP baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.
Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a UMP e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12 SUBSÍDIOS E DOAÇÕES

a) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a UMP cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

b) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação são registados no ativo, ao justo valor, de acordo com o preconizado na Portaria nº 218/2015, de 23 de julho, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

3.13 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, Isenta a União das Misericórdias Portuguesas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e intangíveis;

3.15 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31.12.2022 e 31.12.2021 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Numerário	13 492,24	14 202,20
Depósitos bancários	3 759 226,95	4 154 289,96
	3 772 719,19	**4 168 492,16**

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício de 2022 não se verificou alterações nas políticas contabilísticas, como em anos anteriores foram regularizados saldos antigos tendo sido originadas correções relativas a períodos anteriores conforme detalhe na nota 11.2.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	2022						
Ativos	**Terrenos e recursos naturais**	**Edifícios e outras construções**	**Equipamento básico**	**Equipamento transporte**	**Outros Ativos fixos tangíveis**	**Ativos fixos tangíveis em curso**	**Total**
Saldo inicial	1.908.320,89	24.020.017,30	4.529.378,06	1.177.001,95	2.209.729,64	406.992,51	**34.251.440,35**
Aquisições	1.200,00	430.277,74	92.315,73	142.555,00	67.117,21	435.834,62	1.169.300,30
Alienações		(35.425,02)		(76.000,00)			(111.425,02)
Transferências		-	-			(430.277,74)	(430.277,74)
Abates							-
Regularizações		-					-
Outras variações		-	-		-		-
Saldo Final	1.909.520,89	24.414.870,02	4.621.693,79	1.243.556,95	2.276.846,85	412.549,39	**34.879.037,89**
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial		7.920.876,34	4.322.728,64	1.115.066,93	2.078.686,10	-	**15.437.358,01**
Amortizações do exercício		586.595,13	89.084,18	60.369,13	50.502,37		786.550,81
Alienações		(3.129,21)		(76.000,00)			(79.129,21)
Transferências							-
Abates							-
Regularizações							-
Saldo Final		8.504.342,26	4.411.812,82	1.099.436,06	2.129.188,47		**16.144.779,61**
Total dos ativos fixos tangíveis	**1.909.520,89**	**15.910.527,76**	**209.880,97**	**144.120,89**	**147.658,38**	**412.549,39**	**18.734.258,28**

2021							
Ativos	**Terrenos e recursos naturais**	**Edifícios e outras construções**	**Equipamento básico**	**Equipamento transporte**	**Outros Ativos fixos tangíveis**	**Ativos fixos tangíveis em curso**	**Total**
Saldo inicial	1.908.320,89	24.044.669,59	4.519.211,84	1.107.021,93	2.127.793,98	376.079,14	**34.083.097,37**
Aquisições		-	10.166,22	69.980,02	82.717,66	30.913,37	193.777,27
Alienações		(24.652,29)					(24.652,29)
Transferências							-
Abates							-
Outras variações					(782,00)		(782,00)
Saldo Final	1.908.320,89	24.020.017,30	4.529.378,06	1.177.001,95	2.209.729,64	406.992,51	**34.251.440,35**
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial		7.388.073,98	4.192.726,55	1.060.601,63	2.018.349,75		**14.659.751,91**
Amortizações do exercício		544.635,71	130.002,09	54.465,30	60.336,35		789.439,45
Alienações		(11.833,35)					(11.833,35)
Transferências							-
Abates					-		-
Outras variações			-		-		-
Saldo Final		7.920.876,34	4.322.728,64	1.115.066,93	2.078.686,10	-	**15.437.358,01**
Total dos ativos fixos tangíveis	**1.908.320,89**	**16.099.140,96**	**206.649,42**	**61.935,02**	**131.043,54**	**406.992,51**	**18.814.082,34**

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

2022					
Ativos	**Programas Computador**	**Projeto Eficiência Energética**	**Propriedade Industrial**	**Ativos fixos intangíveis em curso**	**Total**
Saldo inicial	531.550,09	75.030,00	-		**606.580,09**
Aquisições	601.063,25				**601.063,25**
Abates					**-**
Transferências					**-**
Regularizações					**-**
Saldo Final	1.132.613,34	75.030,00	-	-	**1.207.643,34**
Amortizações Acumuladas					
Saldo inicial	302.968,13	75.030,00	-		**377.998,13**
Amortizações do exercido	314.608,13				**314.608,13**
Abates					**-**
Transferências					**-**
Regularizações					**-**
Saldo Final	617.576,26	75.030,00	-	-	**692.606,26**
Total dos ativos fixos intangíveis	**515.037,08**	**-**	**-**	**-**	**515.037,08**

2021					
Ativos	**Programas Computador**	**Projeto Eficiência Energética**	**Propriedade Industrial**	**Ativos fixos intangíveis em curso**	**Total**
Saldo inicial	188.694,42	75.030,00	-	257.141,75	**520.866,17**
Aquisições	85.713,92				**85.713,92**
Abates					**-**
Transferências	257.141,75			(257.141,75)	**-**
Regularizações					**-**
Saldo Final	531.550,09	75.030,00	-		**606.580,09**
Amortizações Acumuladas					
Saldo inicial	182.953,26	75.030,00			**257.983,26**
Amortizações do exercido	120.014,87	-			**120.014,87**
Abates					**-**
Transferências					**-**
Regularizações					**-**
Saldo Final	302.968,13	75.030,00	-		**377.998,13**
Total dos ativos fixos intangíveis	**228.581,96**	**-**	**-**	**-**	**228.581,96**

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo do investimento em empresa subsidiária, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, apresentavam-se como segue:

2022										
Associada	**Sede**	**Ativo**	**Passivo**	**Capital Próprio**	**Resultado Líquido (2021)**	**Resultado Líquido (2022)**	**% detida**	**Proporção no Resultado**	**Montante registado**	**Saldo a 31-12-2022**
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	198.905,47	66.181,74	132.723,73	25.466,82	-	25%	6.366,71	**6.366,71**	
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	207.001,42	85.457,89	121.543,53		13.819,80	25%	3.454,95	**3.454,95**	**46.635,90**
Nefrocórdia, S.A.	Lisboa	150.000,00	-	89.712,98	-	(4.001,41)	70%	(2.800,99)	**(2.800,99)**	**102.199,01**
										148.834,91

2021											
Associada	**Sede**	**Ativo**	**Passivo**	**Capital Próprio**	**Resultado Líquido (2020)**	**Resultado Líquido (2021)**	**% detida**	**Proporção no Resultado**	**Montante registado**	**Dissoluçao Liquidação**	**Saldo a 31-12-2021**
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	185.294,91	38.038,00	147.256,91	40.699,62	-	0,25	10.174,91	**3.617,96**		**36.814,24**
IN Posterum ACE	Lisboa	87.918,88	-	89.712,98	-	(1.794,00)	0,50	(897,00)	**(897,00)**	**43.959,44**	-
											36.814,24

A SECURICÓRDIA – Consultoria e Seguros, Lda., tem como atividade principal a mediação de seguros. Os Investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a NCRF-ESNL. . O valor reconhecido em 2022, tem por base o resultado de 2021 e 2022.

A Nefrocórda, S.A tem como atividade principal a prestação de cuidados renais, serviços de diálise, e tratamento médico de hemodiálise. O valor reconhecido em 2022, tem por base o resultado de 2022.

9 INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os inventários da UMP eram detalhados conforme se segue:

	2022			2021		
	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Liquido	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Mercadorias/Livros Portugaliae Misericordiarum	171.218,15	-	171.218,15	167.703,53	-	167.703,53
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	447.659,33	-	447.659,33	372.189,82	-	372.189,82
Total	**618.877,48**	-	**618.877,48**	**539.893,35**	-	**539.893,35**

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

2022			
	Mercadorias	MP.Subsídiárias Consumo	Total
Saldo inicial	167 703,53	372 189,82	539 893,35
Compras	-	638 222,48	638 222,48
Regularizações	3 577,35	-	3 577,35
Saldo final	171 218,15	447 659,33	618 877,48
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	**62,73**	**562 752,97**	**562 815,70**

2021			
	Mercadorias	MP.Subsídiárias Consumo	Total
Saldo inicial	167 879,09	235 073,98	402 953,07
Compras	-	768 267,65	768 267,65
Regularizações	-	-	-
Saldo final	167 703,53	372 189,82	539 893,35
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	**175,56**	**631 151,81**	**631 327,37**

ATIVOS BIOLÓGICOS

Os Ativos biológicos são detalhados conforme se segue:

2022			
	Justo Valor	Custo	Total
ANIMAIS			
Saldo inicial	26 720,00	-	26 720,00
Aquisições	-	-	-
Variação no justo valor	11 112,00	-	11 112,00
Saldo final	**37 832,00**	**-**	**37 832,00**

2021			
	Justo Valor	**Custo**	**Total**
ANIMAIS			
Saldo inicial	30 188,60	-	30 188,60
Aquisições	-	-	-
Variação no justo valor	(3 468,60)	-	(3 468,60)
Saldo final	**26 720,00**	**-**	**26 720,00**

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de Setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de Dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, Isenta a União das Misericórdias Portuguesas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

11 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são descriminados da seguinte forma:

ATIVOS FINANCEIROS	**2022**	**2021**
	Montante Líquido	**Montante Líquido**
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	107.888,82	81.181,23
	107.888,82	81.181,23
Ativos financeiros ao custo		
Investimentos financeiros	144.500,00	144.500,00
	144.500,00	144.500,00
Corrente		
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários	3.772.719,19	4.168.492,16
	3.772.719,19	4.168.492,16
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	18.899,77	18.872,98
	18.899,77	18.872,98
Ativos financeiros ao custo:		
Clientes	632.411,29	730.200,36
Adiantamentos a Fornecedores	-	131,20
Outras contas a receber	1.142.957,09	1.786.522,98
	1.775.368,38	2.516.854,54
	5.819.376,16	**6.929.900,91**

11.1 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica de "Outras aplicações financeiras" refere-se essencialmente, a instrumentos financeiros corrente e não correntes. As valorizações destes instrumentos encontram-se registados na rubrica "Aumentos/ (reduções) de justo valor" na Demonstração dos Resultados. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

OUTRAS ATIVOS FINANCEIROS - CORRENTES	2022	2021
Ações -Millennium BCP	713,11	686,32
Multigestão Equilibrada CEMG	16 186,66	16 186,66
Títulos de capital Caixa Agrícola	2 000,00	2 000,00
	18 899,77	**18 872,98**

	2022	2021
Saldo a 1 de janeiro	**18 872,98**	**18 786,77**
Aquisições no período	-	-
Alienações no período	**-**	**-**
Ações -Millennium BCP	713,11	686,32
Fundos de participação CEMG	2 000,00	2 000,00
Aumento/diminuição no justo valor	26,79	86,21
Justo valor a 31 de dezembro	**18 899,77**	**18 872,98**

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - NÃO CORRENTES	2022	2021
Fundos Compensação do trabalho	107 888,82	81 181,23
	107 888,82	**81 181,23**

11.2 CLIENTES / UTENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes\Utentes tinha a seguinte composição:

	2022		2021	
	Não corrente	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Clientes				
Clientes Gerais		347.833,76		286.186,46
Total Clientes gerais		**347.833,76**		**286.186,46**
Utentes				
Lar Virgílio Lopes		39.927,13		20.374,34
Centro João Paulo II		171.056,31		244.474,31
Centro Santo Estevão		15.388,62		13.939,22
Escola Superior de Enfermagem		21.224,83		18.033,90
UCCI Bento XVI		72.790,73		50.745,44
Centro Luís Silva		131.868,91		96.446,69
Total Utentes		**452.256,53**		**444.013,90**
Perdas por imparidade acumuladas		167.679,00		-
Total		**632.411,29**		**730.200,36**

Fruto da análise efetuada a saldos antigos foram registadas em perdas por imparidade acumuladas 167.679,00 por contrapartida de resultados transitados.

11.3 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	596 368,80	442 717,35
Outros devedores	546 588,29	1 343 805,63
Total	**1 142 957,09**	**1 786 522,98**

12 FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Fundadores / Patrocinadores/Associados", tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Quotas (Ativo)	901 381,40	681 048,60
Total	**901 381,40**	**681 048,60**

13 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o saldo da rubrica "Diferimentos", tinha a seguinte composição:

Diferimentos (Ativo)	2022	2021
Seguros	55 027,85	52 439,65
Outros gastos a reconhecer	25 669,01	15 226,06
Total	**80 696,86**	**67 665,71**

Diferimentos (Passivo)	2022	2021
Projetos Formação Profissionais de Saúde	-	44 624,95
Donativos incêndios	228 397,53	236 755,33
Projeto Capacitação III	-	1 044 010,61
Projeto SCM Lisboa	40 852,38	66 007,30
ISS Acordo Cooperação Adenda	248 446,23	-
Outros ganhos a reconhecer	34 404,04	34 404,04
Total	**552 100,18**	**1 425 802,23**

Na sequência dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Góis, Pampilhosa da Serra e Penela a UMP recolheu donativos no âmbito da campanha de mobilização para apoio humanitário e social à população afetada pelos incêndios florestais. O montante de 228.397,53 euros, contabilizado como diferimento passivo «Donativos incêndios», diz respeito ao montante de donativos recebidos e que ainda se encontra pendente de execução financeira.

O montante de 248.446,23 euros contabilizado como diferimento passivo «ISS Acordo Cooperação Adenda» diz respeito às comparticipações pagas pelo Instituto da Segurança Social, I.P. em dezembro de 2022 respeitantes ao ano de 2023.

14 FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os movimentos ocorridos na rubrica "Resultados Transitados" analisa-se como se segue:

	2022	2021
1 de janeiro	(394.518,41)	(265.921,05)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	102.694,58	(194.957,44)
Regularizações	(156.444,06)	66.360,08
Total em 31 de dezembro	**(448.267,89)**	**(394.518,41)**

Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos na rubrica " Outras variações nos fundos patrimoniais analisa-se como se segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Lucros não atribuídos	Outras	Total
1 de janeiro 2021	7 160 048,21	1 357 160,56	53 551,38	826 564,77	9 397 324,92
Aumentos	162 068,11	1 082 000,00			1 244 068,11
Reconhecimento em proveitos	(353 100,21)				(353 100,21)
Regularizações					
Total em 31 de dezembro 2021	**6 969 016,11**	**2 439 160,56**	**53 551,38**	**826 564,77**	**10 288 292,82**
1 de janeiro 2022	6 969 016,11	2 439 160,56	53 551,38	826 564,77	10 288 292,82
Aumentos	649 705,24				649 705,24
Reconhecimento em proveitos	(564 718,66)	(107 569,44)			(672 288,10)
Regularizações					
Total em 31 de dezembro 2022	**7 054 002,69**	**2 331 591,12**	**53 551,38**	**826 564,77**	**10 265 709,96**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2022 foi reconhecido como proveitos um montante de 564.718,66 euros.

15 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada como se segue:

		2022			
Provisões	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Utilizações**	**Saldo final**
Processos Judiciais em curso	93 011,75	-	-	-	93 011,75
Total em 31 de dezembro 2022	**93 011,75**	**-**	**-**	**-**	**93 011,75**

		2021			
Provisões	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Utilizações**	**Saldo final**
Processos Judiciais em curso	93 011,75	-	-	-	93 011,75
Total em 31 de dezembro 2021	**93 011,75**	**-**	**-**	**-**	**93 011,75**

Esta provisão foi criada em 2015, e corresponde ao valor dos juros a suportar com garantias bancárias associadas a processos a decorrer contra a Autoridade Tributária.

16 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de "Fornecedores e de "Outras contas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Passivos financeiros	2022	2021
Não corrente		
Outras contas a pagar		
Total	**-**	**-**
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	653 186,71	774 981,43
Outras contas a pagar:		
Férias, Subsídios férias e outros encargos c/pessoal (1)	1 115 816,28	1 062 520,39
Fornecedores de imobilizado (2)	3 262 493,43	3 099 720,70
Outros credores	681 905,92	1 050 921,74
	5 060 215,63	5 213 162,83
Total	**5 713 402,34**	**5 988 144,26**

(1) Férias, subsídios de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.

(2) Na rubrica fornecedores de imobilizado inclui o valor de 3.005.744,24 euros o qual diz respeito às obras de remodelação da Sede da União das Misericórdias Portuguesas, ao fornecedor Edivisa-Empresa de Construções, S.A. – Grupo Visabeira. A dívida tem como suporte um contrato de permuta de terrenos entre a UMP e a Visabeira, o qual ainda não foi executado pela Visabeira.

17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

		Valor em Dívida a 31-12-2022		
Intituições Financeiras	**Valor do Empréstimo**	**Total em dívida**	**Corrente**	**Não corrente**
CEMG	2 500 000,00	814 957,88	204 999,97	609 957,91
CEMG	230 000,00	230 000,00	230 000,00	-
CEMG	500 000,00	444 444,44	111 110,44	333 334,00
CEMG	500 000,00	500 000,00	56 000,00	444 000,00
CEMG	500 000,00	500 000,00	56 000,00	444 000,00
CCAM	2 500 000,00	890 739,40	205 000,03	685 739,37
CCAM	950 000,00	950 000,00	950 000,00	-
Santander	750 000,00	513 888,87	319 444,87	194 444,00
Millennium BCP	400 000,00	400 000,00	400 000,00	-
Locações Financeiras (1)	236 890,02	131 412,93	37 871,16	93 541,77
Total	**9 066 890,02**	**5 375 443,52**	**2 570 426,47**	**2 805 017,05**

		Valor em Dívida a 31-12-2021		
Intituições Financeiras	**Valor do Empréstimo**	**Total em dívida**	**Corrente**	**Não corrente**
CEMG	2 500 000,00	1 019 882,41	294 092,20	725 790,21
CEMG	500 000,00	500 000,00	-	500 000,00
CCAM	2 500 000,00	1 094 921,67	297 295,60	797 626,07
CCAM	920 000,00	920 000,00	920 000,00	-
Santander	750 000,00	750 000,00	-	750 000,00
Novo banco	377 000,00	377 000,00	377 000,00	-
Millennium BCP	400 000,00	400 000,00	400 000,00	-
Locações Financeiras (2)	145 497,89	98 879,50	51 836,10	47 043,40
Total	**8 092 497,89**	**5 160 683,58**	**2 340 223,90**	**2 820 459,68**

Locações Financeiras

O valor das Locações financeiras dizem respeito aos seguintes contratos:

(1)			**2022**		
Contrato	**Data início**	**Data fim**	**Viatura**	**Valor contrato**	**Valor em dívida**
400123161	15-12-2018	15-12-2022	12-VT-27	20 178,83	250,77
400125090	04-04-2019	04-04-2023	14-XI-87	30 731,17	2 933,41
44.000523-9	25-03-2021	25-03-2025	AF-00-QO	34 990,01	19 485,35
44.000554-4	23-12-2021	23-12-2025	AN-52-AI	34 990,01	25 844,76
CT3004760	01-08-2022	01-07-2026	AC-70-IR	116 000,00	82 898,64
Total				**236 890,02**	**131 412,93**

(2) **2021**

Contrato	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida
44.000523-9	05-08-2018	05-08-2022	86-VB-35	38 112,77	6 924,02
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-69	14 396,91	6 697,53
400123153	25-10-2018	25-10-2022	63-VO-09	22 995,90	5 166,45
400123161	15-12-2018	15-12-2022	12-VT-27	20 178,83	5 388,52
400125090	04-04-2019	04-04-2023	14-XI-87	30 731,17	12 487,93
44.000523-9	25-03-2021	25-03-2025	AF-00-QO	34 990,01	27 957,76
44.000554-4	23-12-2021	23-12-2025	AN-52-AI	34 990,01	34 257,29
Total				**196 395,60**	**98 879,50**

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Imposto sobre rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	1 612,51	48 449,32	838,51	51 511,70
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	195 974,54	58 066,72	465 828,70	23 241,17
Contribuições para a segurança social	-	200 235,53	-	199 754,51
Outros Impostos	14 473,39	-	26 207,18	416,59
Total	**212 060,44**	**306 751,57**	**492 874,39**	**274 923,97**

Em 31 de dezembro de 2022, o Imposto sobre o Valor Acrescentado apresenta um saldo no Ativo no montante de 195.974,54 euros dos quais 50.960,16 euros diz respeito à restituição do IVA suportado pela UMP na construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, elementos do ativo fixo tangível e aquisições de bens ou serviços de alimentação, ao abrigo do Decreto-Lei nº87/2017, de 21 de julho, e referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro. O valor de 50.960,16 euros diz respeito a:

	2022	**2021**
	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado
Saldo em 1 de janeiro	27 673,17	39 901,60
Pedidos de restituição	75 806,63	36 386,45
Total	**103 479,80**	**76 288,05**
Restituições pagas	52 519,64	48 614,88
Saldo em 31 de dezembro	**50 960,16**	**27 673,17**

A conta 2437 de iva a recuperar apresenta um total de 52.002,63 euros, referentes os pedidos de restituição efetuados em 2022.

A conta 2439 - Processos Judiciais em Curso, apresenta um valor de 93.011,75 euros, referente ao valor das custas do processo contra a Autoridade Tributária.

19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela UMP nos exercícios de 2022 e 2021 é descrito da seguinte forma:

	2022	2021
Vendas de bens	116 382,26	118 783,43
Prestação de serviços		
Estabele. para Criancas e Jovens Com Deficiencias	1 447 961,86	1 390 115,42
Invalidez e Reabilitacao	266 007,10	266 538,32
Terceira Idade	536 159,43	509 229,79
Unidade de cuidados continuados	1 949 225,38	1 752 577,48
Quotizações	846 568,50	882 319,75
Outros	1 140 163,71	859 712,35
	6 186 085,98	**5 660 493,11**
Total	**6 302 468,24**	**5 779 276,54**

20 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a UMP beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2022	2021
Subsídios à Exploração		
Instituto Segurança Social		
Estabele. para Crianças e Jovens Com Deficiências	5 108 187,72	4 624 783,09
Invalidez e Reabilitação	1 008 029,59	929 247,12
Familia e Comunidade	2 912,50	8 517,50
Terceira Idade	275 136,29	207 657,65
ISS-Outros	401 270,77	393 871,19
Outros:		
IEFP	34 798,33	208 806,99
DRELL	135 843,32	115 741,29
IFAP	34 638,13	29 863,17
POISE/FSE	405 112,77	400 276,59
Heranças	-	316 307,97
Outros subsídios	64 147,94	45 756,19
Total	**7 470 077,36**	**7 280 828,75**

As comparticipações do Instituto de Segurança social, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela UMP, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços comparticipados.

Em 31 de dezembro de 2022 encontra-se registado na rubrica "Poise/FSE" um montante de 360.487,82 euros, relacionado com o subsídio para o Projeto Capacitação Institucional – Fase III, da União das Misericórdias Portuguesas, o qual teve o seu início em 01 de setembro de 2020 e terminou a 30 de novembro de 2022 e um montante de 44.624,95 euros, relacionado com o Projeto Formação de profissionais do Sector da Saúde, o qual teve início em 2020 e terminou a 30 de novembro de 2022.

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

	2022	2021
Subcontratos	213 879,56	-
Trabalhos especializados	1 989 326,19	1 974 296,96
Publicidade e propaganda	3 867,00	3 075,00
Vigilância e segurança	17 427,93	14 158,58
Honorários	412 980,64	402 045,47
Conservação e reparação	230 059,46	205 228,80
Serviços bancários	31 633,75	29 976,81
Outros materiais	84 159,58	63 153,26
Eletricidade	236 118,93	269 315,74
Combustíveis	221 305,92	204 749,18
Água	50 392,45	40 103,85
Deslocações, estadas e transportes	134 922,11	95 853,62
Rendas e alugueres	27 473,20	30 453,18
Comunicação	112 542,00	91 733,51
Seguros	38 646,01	49 782,58
Contencioso e notariado	1 438,90	1 450,14
Limpeza, higiene e conforto	369 476,90	456 815,71
Outros serviços	179 711,76	158 765,38
Total	**4 355 362,29**	**4 090 957,77**

22 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

	2022	2021
Remunerações certas	4 703 446,34	4 880 362,70
Remunerações adicionais	1 842 083,68	1 833 213,11
Outras remunerações	163 305,18	119 249,56
Encargos com remunerações	1 339 793,44	1 321 039,37
Seguros trabalho e doenças profissionais	140 075,40	135 538,68
Outros gastos com o pessoal	62 455,52	36 459,46
Total	**8 251 159,56**	**8 325 862,88**

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascendeu a 549 e 561, respetivamente.

23 (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	786 550,81	789 439,45
Ativos fixos intangíveis (Nota 7)	314 608,13	120 014,87
Total	**1 101 158,94**	**909 454,32**

24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	2 639,46	3 567,94
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 443,95	3 311,03
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	103 751,56	291 335,87
Correções relativas a períodos anteriores	16 845,81	1 602,29
Imputação de subsídios para investimentos	564 718,66	353 100,21
Outros	371 531,77	710 723,20
Total	**1 060 931,21**	**1 363 640,54**

25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 é conforme segue:

	2022	2020
Impostos	20 600,61	19 889,40
Correções relativas a períodos anteriores	20 761,22	50 949,96
Donativos	802,50	90 000,00
Quotizações	1 181,00	772,00
Outros	44 000,63	42 642,87
Total	**87 345,96**	**204 254,23**

26 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 são detalhados conforme segue:

	2022	2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	95 745,56	95 133,46
Outros gastos de financiamentos	59 416,30	60 729,44
Total	**155 161,86**	**155 862,90**

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 são detalhados conforme segue:

	2022	2021
Juros Obtidos	45,17	50,61
Depósitos em instituições de crédito	-	-
Total	**45,17**	**50,61**

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.
A invasão da Rússia à Ucrânia continua a trazer profunda preocupação e apreensão quer pelo impacto humano quer pelo previsível aumento da inflação.